

CEC 2017

CONGRESSO DE EXTENSÃO E CULTURA

Anais do

IV Congresso de Extensão e Cultura



PR
Pro-Reitoria de
EC
Extensão e Cultura

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
Ubirajara Buddin Cruz – CRB 10/901

C749a Congresso de Extensão e Cultura da UFPel (4.: 2017: Pelotas)
Anais do... [recurso eletrônico] / 4. Congresso de Extensão e
Cultura da UFPel; org. Francisca Ferreira Michelin... [et al.]. –
Pelotas: Ed. da UFPel, 2018. - 2101p. : il.

ISSN: 2359-6686

Modo de acesso:

<<https://wp.ufpel.edu.br/congressoextensao/anais/anais-2017/>>

1. Extensão. 2. Cultura. 3. Museus. I. Michelin, Francisca Fer-
reira. II. Título.

CDD: 378.1554

IV CEC

Congresso de Extensão e Cultura

Organização

Comissão Científica IV CEC

Francisca Ferreira Michelin – Presidente
João Fernando Igansi Nunes
Noris Mara Pacheco Martins Leal
Taís Ullrich Fonseca

Comissão Organizadora IV CEC (acadêmicos)

Andreia Skupien Bianchini
Caroline dos Santos Tabelaio
Jayne Souza Peixinho
Jardel da Silva Moura
Lisiane Gastal Pereira
Lucas Lobo Pouey
Lucas Perez Fontoura
Marlene dos Santos de Oliveira
Rafael Evangelista de Sousa
Renildo Francisco da Silva Junior
Vitor Goveia Rechia

Reitor

Pedro Rodrigues Curi Hallal

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Flávio Fernando Demarco

Chefe de Gabinete

Taís Ullrich Fonseca

Vice-Reitor

Luís Isaías Centeno do Amaral

Pró-Reitor Administrativo

Ricardo Hartlebem Peter

Pró-Reitor Adjunto de Gestão da Informação

Júlio Carlos Balzano de Mattos

Pró-Reitora de Ensino

Maria Fátima Cossio

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis

Mario Renato de Azevedo Júnior

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Sérgio Batista Christino

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento

Otávio Martins Peres

Comissão Organizadora IV CEC

Joice Vieira Soares – Presidente
Ana Carolina Oliveira Nogueira
Andrea Lacerda Bachettini
Elias Lisboa dos Santos
Mateus Schmeckel Mota
Matheus Blaas Bastos
Nádia Najara Kruger Alves
Rose Méri Santos da Silva
Thâmisa Ramos Flores dos Santos
Vinicius Camargo Zientarski

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Francisca Ferreira Michelin

Coordenador de Arte e Inclusão

João Fernando Igansi Nunes

Coordenadora de Patrimônio Cultural e Comunidade

Silvana de Fátima Bojanoski

Coordenador de Extensão e Desenvolvimento Social

Felipe Fehlberg Herrmann

Núcleo de Ação e Difusão Cultural

Matheus Blaas Bastos

Núcleo de Formação, Registro e Acompanhamento

Thâmisa Ramos Flores dos Santos

Núcleo de Formação, Registro e Acompanhamento

Ana Carolina Oliveira Nogueira

Seção de Integração Universidade e Sociedade

Vinicius Camargo Zientarski

Seção de Captação e Gestão de Recursos

Mateus Schmeckel Mota

Seção de Mapeamento e Inventário

Andrea Lacerda Bachettini

Secretaria

Elias Lisboa dos Santos

Nádia Najara Kruger Alves

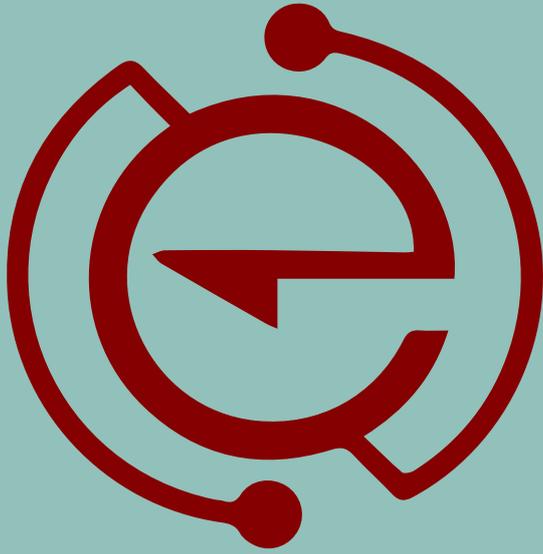
Designer Editorial

Matheus Blaas Bastos

Sarah Aguiar Marçal

Edição de capa

Eduardo Mendes



IV CONGRESSO DE EXTENSÃO E CULTURA

Na sua quarta edição, o Congresso de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Pelotas reuniu extensionistas dessa Universidade e de outras, sobretudo nas sessões de apresentação de trabalhos.

Inserido na 3ª Semana Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão, que teve como tema “Os Desafios da Universidade Pública Contemporânea”, o CEC trouxe como inovação na presente edição a supressão dos destaques, que nas edições anteriores geravam as premiações de primeiro a terceiro lugar. Os demais congressos da SIIPE seguiram a iniciativa.

Mantendo o sistema de avaliação do resumo com vistas a qualificar a publicação dos textos, o objetivo da mudança foi o de dirigir a atuação das bancas para o debate e a reflexão sobre os conteúdos apresentados. Os avaliadores foram extensionistas voluntários - docentes, técnicos administrativos e alunos de pós-graduação - que se inscreveram no chamado da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura para esse fim.

O formato das sessões seguiu o usualmente empregado nos Seminários de Extensão Universitária da Região Sul, que ocorrem todos os anos em universidades públicas dos três estados. Em tal formato, cada trabalho é apresentado por um ou mais alunos que atuam nos projetos e prevalece a explanação sobre os resultados. Os debates ocorrem, em geral, sobre as evidências do atingimento das diretrizes básicas que norteiam a extensão universitária no Brasil, quais sejam: o envolvimento das equipes com públicos externos à universidade; a capacidade de atingir tais públicos e agir sobre a sua realidade; os resultados na formação dos estudantes envolvidos com vistas a ampliar e aprofundar a sua visão do social; a oportunidade que as equipes encontram de vivenciar a interdisciplinaridade e o potencial para associar conteúdos dos cursos com questões de pesquisa. Em especial, busca-se saber se os trabalhos evidenciam desenvolvimento do diálogo integrador entre as equipes extensionistas e as comunidades com as quais atuam.

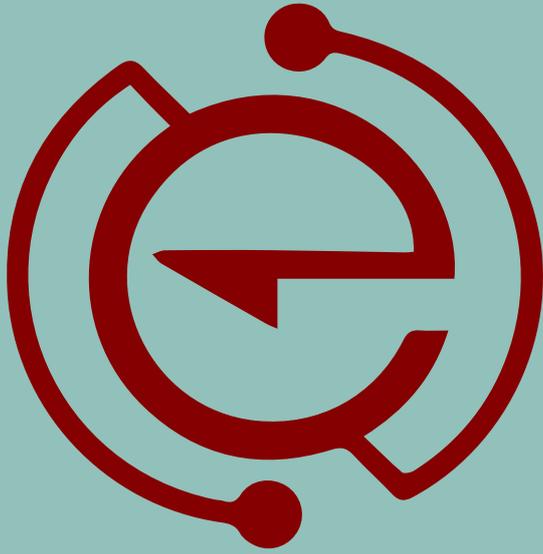
Reunidos em sessões que cruzaram campos de ação com as áreas temáticas da extensão, os trabalhos apresentados propiciaram a divulgação do que é produzido nas unidades acadêmicas e a possibilidade de que equipes de projetos e ações possam se conhecer e se aproximar.

Os textos aqui reunidos expressam o conjunto das apresentações feitas, nas suas diversas áreas, bem como a amplitude e intensidade do que vem sendo produzido na dimensão extensionista, na UFPel, sobretudo.

Deseja-se incentivar que essa dimensão continue conquistando novos campos e envolvendo mais estudantes.

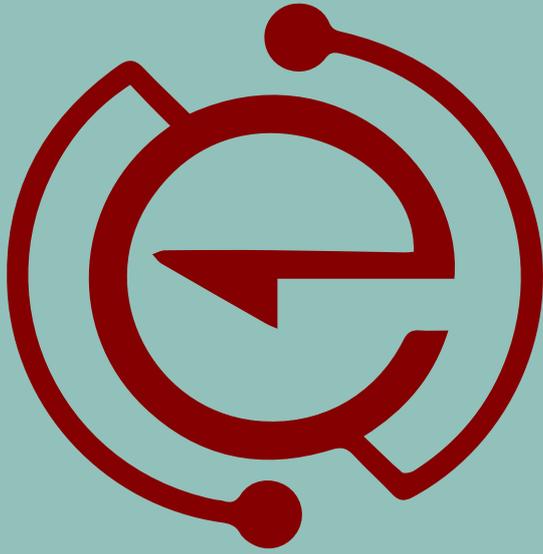
Que a presente edição dos Anais do 4º CEC possam contribuir para isso.

Francisca Ferreira Michelon
Pró-Reitora de Extensão e Cultura da UFPel



SUMÁRIO

ARQUITETURA E URBANISMO EM UM CONTEXTO DE PRECARIEDADE ECONÔMICA E SOCIAL: CONFRONTANDO O MODELO	10
<i>ALINE DE MOURA RIBEIRO XAVIER; FLÁVIA PAGNONCELLI GALBIATTI; RAFAEL BORGES SIGNORINI; RODOLFO BARBOSA RIBEIRO; VINÍCIUS FOSSATI DA SILVA; ANDRÉ DE OLIVEIRA TORRES CARRASCO</i>	
QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES EM ÁREAS DE URBANIZAÇÃO PRECÁRIA	16
<i>ANDRÉIA TEIXEIRA CAMISA; ADRIANA TEIXEIRA CAMISA ; RODOLFO BARBOSA RIBEIRO; VINÍCIUS DIAS DE PAULA; VINÍCIUS FOSSATI DA SILVA; ANDRÉ DE OLIVEIRA TORRES CARRASCO</i>	
LIBERTAS - PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO DA VULNERABILIDADE EM AMBIENTES PRISIONAIS	21
<i>BRUNA HOISLER SALLET; PEDRO HENRIQUE CUNHA CASTANHEIRA; ISABELA JAHNKE FISCHER; MARINA MOZZILLO DE MOURA; GABRIELLE COELHO FREIRE; BRUNO ROTTA ALMEIDA.</i>	
SIMULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO ÂMBITO UNIVERSITÁRIO: PelotasMUN	27
<i>CAMILA SCHWONKE ZANATTA; DANIEL DUARTE FLORA CARVALHO;</i>	
A REDE NACIONAL DE EMAUS: JOÃO BEM E O XXI SEMINÁRIO NACIONAL DE ESCRITÓRIOS MODELOS DE ARQUITETURA E URBANISMO	31
<i>FLÁVIA PAGNONCELLI GALBIATTI; NADIANE FONTES CASTRO; RODOLFO BARBOSA RIBEIRO; SILVANA NATÁLIA IRIGARAY NUNES; VINÍCIUS DIAS; ANDRÉ DE OLIVEIRA TORRES CARRASCO</i>	
O ACERVO DA JUSTIÇA DO TRABALHO E O NÃO APAGAMENTO DA HISTÓRIA DOS TRABALHADORES	36
<i>LUANA SCHUBERT LEDERMANN; LORENA ALMEIDA GILL;</i>	
ACESSIBILIDADE UNIVERSAL: A AUDIODESCRIÇÃO E A PERIFERIA EMERGENTES	40
<i>LUÍS FELIPE FREITAS BECKER; MARISA HELENA DEGASPERI</i>	
PROJETO DE URBANIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO URUGUAI: ARTICULAÇÃO ENTRE O DIREITO À CIDADE E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM ARQUITETURA E URBANISMO	45
<i>RODOLFO BARBOSA RIBEIRO; ANDRÉIA TEIXEIRA CAMISA; ALINE DE MOURA RIBEIRO XAVIER; FLÁVIA PAGNONCELLI GALBIATTI; LEANDRO FERREIRA FONSECA; ANDRÉ DE OLIVEIRA TORRES CARRASCO</i>	
AUDIODESCRIÇÃO TRADUÇÃO INTERSEMIÓTICA IMAGEM-PALAVRA COMO RECURSO DE ASSISTIVO	51
<i>SANMI GUIMARÃES DE SOUZA; MARISA HELENA DEGASPERI</i>	
A PERCEPÇÃO DO IDOSO EM SEU BAIRRO	56
<i>TANARA GOMES DA COSTA; MOANA BELLOTTI; ANELIZE MILANO CARDOSO; MATHEUS GOMES BARBOSA; SIRLENE DE MELLO SOPEÑA; ADRIANA PORTELLA</i>	
ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA: JOÃO BEM E PROCESSO COLETIVO NO ICH CAMPUS II	62
<i>THIFANI GOMES ORTIZ MACHADO; NADIANE FONTES CASTRO ; VINÍCIUS DIAS DE PAULA; SILVANA NATÁLIA IRIGARAY NUNES; ADRIANA TEIXEIRA CAMISA ANDRÉ DE OLIVEIRA TORRES CARRASCO</i>	





DIREITOS
HUMANOS



ARQUITETURA E URBANISMO EM UM CONTEXTO DE PRECARIEDADE ECONÔMICA E SOCIAL: CONFRONTANDO O MODELO

ALINE DE MOURA RIBEIRO XAVIER¹; FLÁVIA PAGNONCELLI GALBIATTI²;
RAFAEL BORGES SIGNORINI³; RODOLFO BARBOSA RIBEIRO⁴;
VINÍCIUS FOSSATI DA SILVA⁵; ANDRÉ DE OLIVEIRA TORRES CARRASCO⁶

¹Universidade Federal de Pelotas – alinemourarx@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas - flaviagalbiatti@hotmail.com

³Universidade Federal de Pelotas - signorini.rafael@yahoo.com.br

⁴Universidade Federal de Pelotas - rodolfobribeiro@live.com

⁵Universidade Federal de Pelotas - vinicius.fossati@gmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas – andre.o.t.carrasco@gmail.com

1. APRESENTAÇÃO

O João de Barro Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (JoãoBEM), configura-se como um núcleo de extensão dentro da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Atua em uma lógica de extensão universitária que busca promover a troca mútua e constante de saberes entre a comunidade e a universidade.

Considerando a responsabilidade social da Universidade Pública, entende-se a necessidade de maior compromisso de suas ações num contexto de ampliação de demandas sociais pelo direito à cidade, na luta pelo direito à moradia e por condições adequadas de habitat. Além disso, compreende-se essas demandas sociais somadas ao direito pelo acesso à terra urbanizada, à moradia qualificada e aos serviços públicos adequados, devem ser pautas prioritárias nas ações do arquiteto e urbanista. Dessa maneira, percebe-se a importância da Universidade e de seu acesso democrático, como demonstra o texto retirado dos relatos do I Fórum Mundial da Educação, Seminário de Educação de Arquitetura e Urbanismo:

Na Universidade a extensão deve ser considerada, enquanto atividade didática pedagógica e como elemento transformador na realidade social, objetivo de modo a propiciar a formação crítica, criativa, independente ao aluno e recolocar a Universidade como local privilegiado ao saber socialmente comprometido com o desenvolvimento social. (ABEA, 2001)



Diante da necessidade de buscar por soluções alternativas para as demandas populares, com atenção a abertura do processo de participação dos envolvidos, focando nas articulações espaciais, soluções construtivas e adequação ao contexto natural e urbano, foi desenvolvido o projeto de extensão “Arquitetura e Urbanismo em um contexto de precariedade econômica e social: confrontando o modelo”. Este projeto propõe articulações entre a produção de conhecimento, as atividades de ensino e aprendizagem e ações práticas de arquitetura e urbanismo no contexto da cidade de Pelotas.

Nesse sentido, as ações desenvolvidas têm como premissas a incorporação de um processo participativo, entre sujeitos, eventuais instituições de interesse, e comunidade, priorizando atuações com benefícios coletivos e com enfoques multidisciplinares, bem como a capacidade de troca e geração de conhecimento entre Universidade e comunidade. Buscando, desse modo, contribuir para o devido reconhecimento da sociedade e ações ligadas à profissão da arquitetura, construindo conhecimento em uma abordagem interdisciplinar no desenvolvimento de uma Arquitetura e Urbanismo comprometidos com a maioria da população.

2. DESENVOLVIMENTO

A estruturação do João de Barro Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo constitui-se a partir da soma de movimentos: o resgate da atuação do Escritório Modelo de Habitação Popular e Desenvolvimento Urbano da FAUrb, na década de 80; as indicações do Programa Orientador dos Escritórios Modelos de Arquitetura (POEMA), documento resultante de intensa discussão da Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FeNEA); a troca de experiências em encontros anuais dos Escritórios Modelos, através do Seminário Nacional dos Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo (SeNEMAU); e, por fim, as próprias atividades do programa de extensão, na busca por um espaço de autonomia, atuando estrategicamente em pautas de interesse crítico. Com destaque a experimentação de metodologias de trabalho e a potencialidade pedagógica dos processos participativos como ferramentas que possibilitam a apropriação dos resultados entre todos os envolvidos na elaboração dos projetos.

Em relação a metodologia de trabalho, o Escritório Modelo da FAUrb é formado por uma equipe horizontalizada, com engajamento de estudantes da FAUrb, alunos de outras unidades acadêmicas, estudantes de pós-graduação e professores, numa proposta voltada à interdisciplinaridade.



Diante da perspectiva atual, com o aumento das demandas de projetos e com o crescimento do grupo do João de Barro Escritório Modelo, percebeu-se a necessidade da organização da equipe em grupos de trabalhos. Atualmente as atividades do EMAU se estruturam a partir dos seguintes grupos: Ocupação Uruguai, Praça do Navegantes, Associação de Moradores do Sítio Floresta e Espaços de Convivência Campus II. Os diversos grupos se organizam autonomamente e possuem horários de reuniões específicos para pautar a discussão dos projetos. Os encaminhamentos tomados por cada grupo são discutidos nas reuniões gerais do EMAU.

As demandas de projeto chegam ao EMAU em diversas circunstâncias, como por exemplo, pela busca direta, no qual as pessoas se dirigem até a faculdade de Arquitetura e Urbanismo para trabalhar coletivamente com o grupo; por meio de relações institucionais, havendo a interação entre os diversos núcleos da Universidade; e, também, por meio do Fórum Social da UFPEL, local onde ocorrem encontros de diferentes agentes para realizar trocas culturais e dar visibilidade a diversos movimentos sociais e arranjos coletivos.

Além disso, são realizados grupos de estudos e ciclos de formação para que os estudantes compartilhem seus conhecimentos, tornando acessível e amplo a todos. Também são realizadas oficinas de projeto abertas a toda a comunidade acadêmica. Estas novas práticas pedagógicas são convertidas em projetos de ensino.

Num contexto de precarização da Universidade pública, percebe-se a extensão como uma das áreas mais prejudicadas. Dado o corte de verbas, limite de recursos e infraestrutura, fragilizam a atuação de espaços como o Escritório Modelo - de caráter fundamental para a transformação desse contexto e sua superação.

Outra reflexão importante vivenciada pelo EMAU a partir da sua forma de organização - autogestionária, horizontal e de autonomia estudantil - é a dificuldade no reconhecimento institucional, empecilho ao desenvolvimento pleno das atividades.

3. RESULTADOS

Como intenção deste projeto, tem-se a meta de ampliar a atuação do João de Barro Escritório Modelo, citados alguns exemplos abaixo.

Pelo reconhecimento externo dos trabalhos e projetos que o Escritório Modelo se envolveu, foi trazido até o grupo a demanda de transformar em praça, uma área verde desocupada e sem utilização, no bairro Navegantes, por uma moradora do local e



funcionária da Faurb. Iniciou-se o trabalho com uma visita a campo e conversa com os moradores, para entender os usos existentes e as demandas da comunidade. Foi pensando também o projeto de arborização e mobiliários urbanos. A partir dessas predefinições, foi realizado o primeiro mutirão na área, com a participação da comunidade, do Escritório Modelo e do Grupo de Agroecologia da UFPEL, o GAE, que disponibilizaram mudas de árvores e instruíram no plantio das mesmas. O planejamento para essa praça segue em construção junto com os moradores e outros mutirões acontecerão para atender as demandas dessa comunidade.

Por intermédio do Fórum Social da UFPEL grupos procuram o Escritório Modelo para encaminhar suas demandas e demonstrar interesse na construção coletivas dos projetos. Como exemplo, pode-se citar o projeto recém iniciado no Sítio Floresta, onde o primeiro contato se deu a partir da comunicação nesse ambiente. Trata-se da criação de um paisagismo e área de lazer e convivência a ser realizado na associação de moradores do bairro Sítio Floresta. Nesse programa de necessidades foi pedido a criação de quadra poliesportiva e de quiosques, para que assim as famílias que moram nesse local tivessem um espaço de lazer - uma vez que não existem praças ou parques na região -, além de aproximar e unir os moradores para construir uma organização, esta que é um exercício fundamental para o reconhecimento e para a reivindicação dos seus direitos.

Além disso, estava sendo recebido no Escritório Modelo, uma série de consultas relacionadas a assessorias individuais, relativas à assistência técnica. Na maioria, eram demandas por pequenos projetos, processos de regularização fundiária e aprovação, de famílias que pertencem às faixas de renda mais baixa da população de Pelotas, em bairros periféricos e/ou urbanizados precariamente. Esses trabalhos não podem ser desenvolvidos pelo EMAU por questões institucionais, profissionais e operacionais. Por isso, resolveu-se criar um Cadastro de Profissionais para Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo. Assim, buscou-se profissionais egressos da Faurb interessados na oportunidade de trabalho social e tecnicamente relevante. Para por fim, poder disponibilizar essas informações para os cidadãos que procuravam esses serviços na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

Diante dessa perspectiva acima indicada, o João de Barro Escritório Modelo constrói vínculos efetivos com as comunidades que vivem em núcleos urbanos precários na cidade de Pelotas, reconhecendo suas particularidades e características identitárias; proporciona o encontro de saberes entre comunidade externa e comunidade acadêmica enquanto sujeitos desta transformação; torna cotidiana a assistência técnica em Arquitetura e Urbanismo nas comunidades envolvidas; compartilha informações e experiências



com outras comunidades, outras instâncias universitárias, com o poder público e a sociedade em geral.

4. AVALIAÇÃO

A partir dos resultados até a presente data, o grupo do João de Barro Escritório Modelo caracteriza como essencial para a formação de Arquitetos e Urbanistas a prática extensionista, pois existe o contato com diversas comunidades, que apresentam diferentes especificidades, uma vez que o diagnóstico e a intervenção para cada área altera-se de acordo com as características identitárias locais, e também, de acordo com os diferentes períodos no contexto municipal e nacional. Além disso, é de suma importância tornar recorrente o exercício de projeto com processo participativo das comunidades.

A partir dessas ações de projeto, contribui tanto para a legitimação social das reivindicações dessas comunidades, quanto para a construção de alternativas superadoras, além de tornar cotidiana a assistência técnica em Arquitetura e Urbanismo nas comunidades envolvidas. E também, reivindica tornar democrático os processos projetuais arquitetônicos e transformações no espaço urbano das comunidades menos visadas ou esquecidas pelo Poder Público. Assim, faz-se a troca, a vivência e a educação libertária como extensão universitária:

A grande generosidade está em lutar para que, cada vez mais, estas mãos, sejam de homens ou de povos, se estendam menos, em gestos de súplica. Súplica de humildes a poderosos. E se vão fazendo, cada vez mais, mãos humanas, que trabalhem e transformem o mundo... Lutando pela restauração de sua humanidade estarão, sejam homens ou povos, tentando a restauração da generosidade verdadeira. (FREIRE, 2002, p. 31)

5. REFERÊNCIAS

ABEA - Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo. I Fórum Mundial da Educação, Seminário de Educação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre (RS); 2001.



POEMA, **Projeto de Orientação de Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo.**

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 31.



QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES EM ÁREAS DE URBANIZAÇÃO PRECÁRIA

ANDRÉIA TEIXEIRA CAMISA¹; ADRIANA TEIXEIRA CAMISA²;
RODOLFO BARBOSA RIBEIRO³; VINÍCIUS DIAS DE PAULA⁴;
VINÍCIUS FOSSATI DA SILVA⁵; ANDRÉ DE OLIVEIRA TORRES CARRASCO⁶

¹Universidade Federal de Pelotas – andreat.camisa@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – adrianat.camisa@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – rodolfobribeiro@live.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – viniciussdias-rs@hotmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – vinicius.fossati@gmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas – andre.o.t.carrasco@gmail.com

1. APRESENTAÇÃO

O Projeto Qualificação dos Espaços Livres em Áreas de Urbanização Precária vem sendo desenvolvido pelo núcleo de extensão João de Barro Escritório Modelo (João BEM), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo- UFPEL. O grupo é autogerido por estudantes que, através de uma proposta de organização horizontal e transdisciplinar, buscam contribuir para a democratização do acesso à arquitetura e ao urbanismo, atuando por meio de processos participativos desenvolvidos em espaços de uso coletivo que possibilitem a troca mútua de saberes com a comunidade.

De acordo com Lefèbvre (2000), “a forma urbana se constitui, enquanto sistema, pela somatória e relação entre os espaços livres e edificados, públicos e privados, legais e ilegais, acolhedores ou excludentes. É produto social e, ao mesmo tempo, condição para o processo social”.

Desta forma, os espaços livres - canteiros, calçadas, praças, parques, etc - são fruto dos processos de urbanização e formação da cidade e acabam, em muitos casos, sendo subutilizados. Entendendo que o direito à cidade também envolve o acesso e apropriação de espaços livres públicos qualificados percebe-se a importância destes espaços nas cidades, conforme afirma Carrión:

“O espaço público é um componente fundamental para a organização da vida coletiva (integração, estrutura) e a representação (cultura, política) da sociedade que faz sua razão de ser na cidade e é um dos direitos fundamentais das pessoas na cidade.” (CARRIÓN apud LIMA; CARNEIRO; MARTINS, 2011)

Os espaços livres na cidade apresentam um grande potencial para atender as necessidades de melhorias na qualidade de vida de diversas comunidades. Porém, segundo Macedo (2012), as demandas por espaços livres qualificados em áreas de urbanização precária nem sempre são atendidas pelo Poder Público, que por vezes acaba focando os investimentos em setores urbanos específicos, como áreas no centro da cidade e ocupadas pelas classes de rendas mais altas.

Nesse contexto, na cidade de Pelotas existe uma demanda por melhorias qualitativas e quantitativas, voltadas às áreas destinadas ao encontro, convívio, a realização de atividades culturais, esportivas e de lazer. Como afirma o geógrafo Victor Schroder (2015), “no ‘papel’, a cidade tem 240 parques e praças, no entanto, principalmente nos bairros, muitas não estão implementadas, sendo apenas terrenos baldios”.

Assim, o desenvolvimento de projetos construídos a partir da parceria entre estudantes e moradores busca a ativação e melhoria de espaços livres precários, localizados principalmente na periferia da cidade. Propõe-se a criação e manutenção de espaços coletivos, praças, canteiros e áreas verdes, transformando espaços vazios e residuais em uma oportunidade de usufruto e organização da população local, a qual, por meio da autogestão, pode se reconhecer como capaz de intervir no espaço público e transformá-lo.

2. DESENVOLVIMENTO

Através da ideia de repensar as práticas de atuação do arquiteto e urbanista em ambientes de construção coletiva, o João BEM constrói suas atividades a partir de grupos de trabalhos, nos quais os integrantes do Escritório Modelo se organizam para pensar as suas atuações a partir das demandas coletivas que chegam, normalmente, através de pessoas que já conhecem os trabalhos e projetos os quais o grupo participou.

No processo de inserção no bairro, é inicialmente realizada uma conversa com os moradores buscando o entendimento de como tem sido utilizado o local e possibilitando que eles manifestem suas necessidades e desejos para a área. Assim, para a construção de um projeto participativo procura-se discutir todo o processo com a comunidade, analisar em conjunto as possíveis soluções e a viabilidade de implementação das suas demandas.

A partir de decisões coletivas, a intervenção se dá através de um mutirão. O mutirão é uma forma de atuação que pode estimular a participação e a autonomia da

comunidade, possibilitando na ação prática a troca de conhecimentos populares entre a comunidade e a Universidade.

O primeiro projeto ocorreu no bairro Navegantes, em Pelotas, demanda que chegou ao conhecimento do grupo a partir de um moradora do local e funcionária da FAUrb. Os envolvidos contribuíram para a ressignificação de uma área verde até então pouco aproveitada e que não proporcionava espaços adequados para o lazer e o convívio.



Imagem de satélite com vista do terreno e entorno. Fonte: Google Earth, 2017

Na ação, que contou com a colaboração do Grupo de Agroecologia da UFPEL, foi realizado um mutirão de jardinagem, plantio de mudas de árvores e flores doadas pelo GAE e a produção de mobiliários urbanos (brinquedos, bancos, lixeiras e outros) com materiais descartados nas proximidades e bambus doados pela vizinhança. Foram reutilizados diversos materiais de forma sustentável e com baixo custo, os quais são mais viáveis e permitem que a transformação do espaço aconteça de uma forma mais acessível a todos.



Imagens da realização do mutirão no bairro Navegantes.

3. RESULTADOS

No projeto de Qualificação dos Espaços Livres em Áreas de Urbanização Precária o processo de planejamento e organização da intervenção é tido como fundamental instrumento de apropriação do espaço e reconhecimento do direito à cidade, através de ações em que o foco não é somente o produto final, mas sim a valorização do processo e a provocação da articulação da comunidade envolvida.

A intervenção realizada no bairro Navegantes alterou a configuração deste espaço livre através do envolvimento dos moradores e estudantes de diferentes cursos. Essas atividades intensificaram as relações criadas com a comunidade, permitindo que os alunos vivenciassem experiências fora do ambiente acadêmico de forma participativa, utilizando seus conhecimentos na prática.

Os moradores, assim como participaram do processo de desenvolvimento do projeto, colocaram-se como responsáveis por promover o cuidado e a gestão da praça. Desse modo, a ação também pode ser compreendida como um incentivo para que eles levassem as melhorias a outras áreas do entorno. O projeto no bairro segue em construção e pretende-se realizar outros mutirões para atender as demandas da população local.



Imagens da intervenção no bairro Navegantes.

4. AVALIAÇÃO

O potencial que os espaços livres públicos têm de gerar respeito às diferenças, integração e articulação política reafirma a importância de se realizar este tipo de projeto, principalmente nas comunidades que são carentes de investimentos públicos. Desse modo, a partir da disposição para mudar sua realidade, a partir de projetos participativos



elas podem se tornar mais conscientes de seus direitos e lutarem por mais investimentos do poder público.

Nesse sentido, o projeto de áreas livres acontece com o intuito de incentivar o experimento de processos participativos. Identificando a necessária atenção que se deve dar a linguagem utilizada para a representação do projeto em construção, já que o desenho técnico nem sempre é uma ferramenta de fácil compreensão por todos os envolvidos. Portanto, não existe uma única maneira para se democratizar o acesso a arquitetura e o urbanismo, e sim uma constante busca de alternativas para agregar de fato a participação popular.

5. REFERÊNCIAS

CARNEIRO, A; LIMA, M; MARTINS, L. Informação e Cidadania nos Espaços Livres Públicos. **Paisagem Ambiente: ensaios**, São Paulo, n. 29, p. 153 - 168 – 2011

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006

HANNES, E. Espaços Abertos e Espaços Livres: Um Estudo de Tipologias. **Paisagem Ambiente: ensaios**, São Paulo, n. 37, p. 121 - 144 – 2016

MACEDO, S. Lugares, espaços livres e contemporaneidade- características dos sistemas de espaços livres das cidades brasileiras contemporâneas. In: RHEINGANTZ, P; PEDRO, R. (Org.) **Qualidade do Lugar e Cultura Contemporânea: controvérsias e ressonâncias em ambientes urbanos**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/FAU/PROARQ, 2012. Cáp. 11, p. 145 – 152

SCHRODER, V. **Crônica falta de áreas verdes em Pelotas**. Amigos de Pelotas, Pelotas, 26 set. 2015. Ambiente. Acessado em 04 out. 2017. Online. Disponível em: http://www.amigosdepelotas.com.br/blog/areas_verdes_continuam_encolhendo_na_cidade.



LIBERTAS - PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO DA VULNERABILIDADE EM AMBIENTES PRISIONAIS

BRUNA HOISLER SALLET¹; PEDRO HENRIQUE CUNHA CASTANHEIRA²;
ISABELA JAHNKE FISCHER³; MARINA MOZZILLO DE MOURA⁴;
GABRIELLE COELHO FREIRE⁵; BRUNO ROTTA ALMEIDA⁶.

¹Universidade Federal de Pelotas – pedrohxzq@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – pedrohxzq@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – fischerisabela@hotmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – marinamdem@hotmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – gabrielle.c.freire@gmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas – bruno.ralm@yahoo.com.br

1. APRESENTAÇÃO

O programa de extensão LIBERTAS, desenvolvido no âmbito da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas, possui como objetivo precípua o enfrentamento da vulnerabilidade em ambientes prisionais, através da luta pela preservação dos direitos humanos dentro do sistema processual penal.

Partindo-se da premissa de que “a perspectiva criminológica permite olhar sensível sobre as agências e os atores que sustentam o sistema punitivo brasileiro” (CARVALHO, 2010, p. 1), destina-se à reflexão e construção de uma concepção crítica das Ciências Criminais nas seguintes abordagens: sistemas jurídico-penais; crime e violência; punição e controle social; e vulnerabilidade social. Desse modo, tem-se a busca programas de enfrentamento da realidade carcerária por estratégias de luta que possam, além de combater a cultura e as práticas de um sistema de justiça especial, reavaliar e potencializar os direitos fundamentais das pessoas presas e suas singularidades.

Nesse sentido, Zaffaroni (1991, p. 15) advoga pela necessidade de elaboração de uma filosofia de tratamento redutor da vulnerabilidade, com o objetivo de que a prisão seja o menos deteriorante possível, permitindo-se que em cooperação com iniciativas comunitárias se eleve o nível de invulnerabilidade da pessoa frente ao poder do sistema penal. O mesmo autor presume, ainda, que este tratamento requer o apoio de grupos externos, constituídos em coletivos da sociedade civil que operem de forma contramajoritária.

O programa objetiva, assim, a elaboração de políticas sociais em parceria com a comunidade na tentativa de superação do atual modelo prisional e, a partir da compreensão do papel perverso que desenvolve o sistema penal, principalmente em nossa re-



gião marginal, fomentar o pensamento científico na luta por um sistema penal humanista e menos estigmatizante.

Além disso, busca reduzir níveis de vulnerabilidade através de um olhar atento às singularidades de cada grupo, tais como o de mulheres, negros, indígenas, idosos, LGBTs, entre outros grupos vulneráveis. Tal busca faz-se importante à medida que a população penal, que é uma porção reduzida do corpo social, é constrangida a uma homogeneização específica, em que se exigem condutas também específicas e homogêneas, sob o pretexto de adaptação do grupo a uma harmoniosa (sobre)vivência e bom funcionamento dos complexos penitenciários (NEUMAN, 1994, p. 248), desprezando-se, assim, as demandas dos diversos grupos populacionais presentes no microcosmo carcerário, as quais serão exploradas e denunciadas pelo programa, a fim de refletir possibilidades de enfrentamentos.

São projetos abarcados pelo programa LIBERTAS: o Grupo de Estudos em Punição e Controle Social (GEPUCS); o DEFENSA - Assessoria Criminal Popular; o curso de capacitação para profissionais do sistema penitenciário; e a assessoria jurídica penitenciária.

Logo, o LIBERTAS visa a realização de ações que conciliem ensino, pesquisa e extensão, forjando um sistema completo e que aprimora a produção do conhecimento ao permitir a interação de atores diversos, como professores, estudantes e a comunidade social.

2. DESENVOLVIMENTO

A metodologia empregada no desenvolvimento do programa de extensão LIBERTAS busca trabalhar conjunta e articuladamente ensino, pesquisa e extensão.

O ensino é desenvolvido por meio de oficinas e minicursos semestrais, ministrados por professores convidados e pelos colaboradores do programa. Ademais, são realizadas discussões de literatura jurídico-penal entre alunos, professores e a comunidade em geral. Como exemplo das atividades de ensino do programa LIBERTAS, tem-se o Grupo de Estudos em Punição e Controle Social (GEPUCS), o qual visa a preparação acadêmica para a compreensão da realidade social, através de aprimoramento teórico e da busca de formas hábeis a enfrentar a problemática dos modelos de punição e de controle social excludentes.

Já a pesquisa é realizada por meio de projetos de pesquisa desenvolvidos pelos alunos integrantes do LIBERTAS, tendo por base os conhecimentos adquiridos com as atividades desenvolvidas pelo programa, com a conseguinte produção científica apresentada e publicada em congressos locais, regionais e nacionais.

Por fim, a extensão, que é a base do programa, se desenvolve através da efetivação de ações diretas, dentro das quais pode-se citar: A implementação da assessoria jurídica criminal popular, a qual se encontra em plena atividade por meio do Projeto de Extensão de Assessoria Criminal Popular chamado de DEFENSA. A elaboração de um projeto de cooperação com a Universidade Católica de Pelotas (representada pelo GITEP – Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Estudos Criminal-Penitenciários) e a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE/RS), representada pela 5ª Delegacia Penitenciária Regional.

O desenvolvimento de um curso de formação e capacitação do pessoal penitenciário como também a ampliação de projetos de fomento e financiamento de recursos para essas ações, bem como o projeto de assessoria jurídica penitenciária. O desenvolvimento de um curso de formação de defensoras e defensores dos direitos humanos no sistema penal e penitenciário. A criação de produtos audio-visuais, como documentários e uso de imagens, buscando a sensibilização da sociedade diante das consequências sociais do grande encarceramento. Ademais, outras atividades são realizadas e efetivadas na comunidade da cidade de Pelotas ou localidades próximas, como as oficinas sobre violência doméstica, adolescente em conflito com a lei e etc.

As atividades do programa são divulgadas no ambiente universitário e nas comunidades atingidas por meio da plataforma eletrônica do Programa LIBERTAS (wp.ufpel.edu/libertas). Há ainda a publicação do Boletim LIBERTAS, um periódico destinado à divulgação de textos correspondentes às abordagens deste programa.

3. RESULTADOS

O Grupo de Estudos em Punição e Controle Social (GEPUCS) se encontra em atividade desde 2012, já tendo realizado um apanhado histórico acerca das estratégias de punição e de controle social no Brasil desde 1822 até o fim da Ditadura Militar. Atualmente, o calendário dos seminários envolve o estudo da Execução Penal, enfrentando-se a questão da vulnerabilidade através de textos de autores nacionais e internacionais e da busca pelo estreitamento da parceria universidade-cárcere.



O Projeto DEFENSA – Assessoria Criminal Popular também está em atividade, mediante a participação discente em atendimento à comunidade pelotense. Os encontros são semanais, sendo que os discentes estão divididos em dois grupos, um que se reúne às quartas-feiras e outro que reúne às quintas-feiras. Ademais, os discentes contam com a supervisão docente e com a orientação de advogados voluntários selecionados. Com efeito, o DEFENSA, além da assistência judiciária, realiza atividades de assessoria criminal, oportunidade em que os discentes e docentes efetuam atividades diretamente com a comunidade pelotense acerca de matérias afeitas às Ciências Criminais.

No ano de 2015, iniciou-se um projeto de cooperação com a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE/RS), representada pela 5ª Delegacia Penitenciária Regional, e o Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Estudos Criminal-Penitenciários (GI-TEP) da Universidade Católica de Pelotas. O projeto visa possibilitar o amplo acesso à justiça da população carcerária. Estão sendo realizadas reuniões por meio de grupo de estudos e debates semanais, além do curso de formação e capacitação do pessoal penitenciário e a ampliação de projetos de financiamento de recursos para a implementação de mais ações. Pretende-se, ademais, a continuação do projeto de capacitação de profissionais do agente penitenciário, com o fito específico de aprimorar a práxis laboral a partir da apreensão crítica do papel institucional do cárcere.

Por fim, o projeto de assessoria jurídica penitenciária, que ainda se pretende desenvolver, destina-se ao treinamento da atividade forense na área da execução criminal, preparando os alunos para a prática junto ao cumprimento da pena por meio da elaboração de peças processuais e o acompanhamento processual da população carcerária da cidade de Pelotas e região.

Concomitantemente com a práxis, será aperfeiçoado o aprendizado teórico, através de grupos de estudos, seminários e debates com a finalidade de manter sempre atualizado o referencial teórico na seara da execução penal.

Aliado à prática e à teoria, a promoção do acesso à justiça para a população encarcerada da cidade de Pelotas e região, eminentemente marginalizada socialmente, consolida o objetivo do projeto de humanização do estudante, especialmente o estudante do curso de Direito, que tem maior contingente de participantes, bem como o papel da Universidade na emancipação social de grupos especialmente vulneráveis.

Nesse norte, a partir de questionário aplicado a estudantes que participaram do LIBERTAS, tem-se que os teores das respostas dão-se no sentido da percepção do discente acerca contextualização social dos apenados, da degradação do sistema penal, bem como sua seletividade.

Ainda, no tocante ao crescimento proporcionado para a vida profissional, os estudantes apontaram que a oportunidade de trabalhar com uma equipe multiprofissional foi de grande valia. Em relação à percepção futura, alguns discentes apontaram que continuam pensando que o sistema prisional, da forma que está disposto, está fadado ao fracasso, enquanto outros referem que ao egressar da universidade continuarão com o anseio de estudar e participar de projetos acerca da temática, pois acreditam que, com muita luta e estudo, é possível levar o mínimo de dignidade para aqueles que vivem em ambientes marginalizados, como os ambientes prisionais.

4. AVALIAÇÃO

Em um curto período de existência, o LIBERTAS abarca algumas características bastante destacadas: interdisciplinaridade; enfrentamento da vulnerabilidade prisional; contato com a comunidade externa e com órgãos públicos presentes em nossa sociedade; diversidade e confronto horizontal de pensamentos para qualificar as ações em prol das pessoas presas; e estímulo ao tripé ensino-pesquisa-extensão na universidade.

A relevância do Libertas se concentra no cumprimento da função social das instituições de ensino superior. Pois, aproximando-se da realidade social de grupos em vulnerabilidade e privados da liberdade, é possível trazer à Universidade a discussão das reais demandas da sociedade e, a partir da compreensão das mesmas, compor mecanismos capazes de promover uma transformação social.

Destarte, através do LIBERTAS efetivam-se medidas práticas voltadas para o desenvolvimento da área dos Direitos Humanos no Sistema Prisional e de ações táticas acerca das problemáticas encontradas no atual sistema penal e, especialmente, prisional do Brasil.

5. REFERÊNCIAS

CARVALHO, Salo de. **O Papel dos Atores do Sistema Penal na Era do Punitivismo: o exemplo privilegiado da Aplicação da Pena**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

NEUMAN, Elias. **Victimologia y Control Social: las victimas del sistema penal**. Buenos Aires: Universidad, 1994.



ZAFFARONI, Raúl. **A Filosofia do Sistema Penitenciário**. Buenos Aires: Cuadernos de la Cárcel. 1991.



SIMULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO ÂMBITO UNIVERSITÁRIO: PelotasMUN

CAMILA SCHWONKE ZANATTA¹; DANIEL DUARTE FLORA CARVALHO²

¹Universidade Federal de Pelotas – camilaszanatta@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – ddfcarvalho@gmail.com

1. APRESENTAÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo compartilhar as experiências da organização e desenvolvimento do Pelotas Model United Nations, projeto de extensão que vem sendo desenvolvido nesta Universidade, coordenado pelo Prof. Dr. Daniel Carvalho de Flora Duarte e inscrito na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura sob o número 51444063.

Trata-se da organização de uma simulação de comitês da Organização das Nações Unidas (ONU). Aos estudantes membros do projeto, incumbe a responsabilidade de organização do evento, administrativa e academicamente.

Uma década após a criação da Organização das Nações Unidas, foi fundada por estudantes universitários a primeira simulação da instituição na Universidade de Harvard - a Harvard National Model United Nations (HNMUN, 2017).

No âmbito nacional, as simulações de organismos internacionais tomaram espaço no Brasil através de estudantes e professores da Universidade de Brasília (UnB) no ano de 1997, através da criação do Clube de Simulações Internacionais (CSOI) e, formalmente com a primeira edição do Americas Model United Nations em 1998 (AMUN, 2017).

Nesse sentido, o projeto objeto do presente trabalho teve sua primeira edição no ano de 2013, por uma demanda dos estudantes do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Durante o evento, os estudantes - que vão além da UFPel - no papel de delegados representantes dos países elencados, debatem tópicos expressivos da atual agenda internacional. Eles simulam, de maneira realística, os procedimentos de debates dos órgãos da ONU e devem sustentar seus posicionamentos com base na política externa de um país específico.

No ano de 2017, quinta edição do evento, foram simuladas as reuniões do Conselho de Segurança e do Conselho de Direitos Humanos.



O projeto requer que, tanto os estudantes-membros quanto os participantes, pesquisem sobre a organização, políticas externas e temas específicos. Ademais, desenvolve a oratória, a capacidade de argumentação e habilidade de negociação dos participantes.

A simulação é uma emocionante oportunidade dos estudantes debaterem questões enfrentadas por líderes mundiais e escrever projetos de resoluções em resposta a esses problemas globais. Os participantes vão desenvolver suas habilidades em trabalhar com outras pessoas as quais estarão igualmente motivadas e impulsionadas pelos tópicos a serem debatidos e para responder preocupações globais. (HNMUN, 2017, tradução nossa).

Portanto, o projeto Pelotas MUN objetiva conciliar ensino, pesquisa e extensão, idealizando aprimorar a produção do conhecimento, permitindo a interdisciplinaridade, através da interação de discentes de diferentes cursos e universidades.

2. DESENVOLVIMENTO

O projeto se dá em duas etapas diferentes e relacionadas. Primeiramente, a organização do evento, a começar pela pesquisa de temas e organismos internacionais relevantes para debate. Aprovados pelo professor, incumbe aos diretores de comitê (membros do projeto de extensão e organizadores do evento) pesquisar, estudar e escrever um guia de estudos a ser enviado aos delegados (discentes participantes do evento) em data próxima ao evento, visando prepará-los e orientá-los.

Ainda, há todo planejamento administrativo sobre a infraestrutura do evento por parte do staff, através de reuniões realizadas periodicamente, a começar do início do ano letivo, nas quais os membros da equipe apresentam os resultados das suas pesquisas e o cumprimento das tarefas elencadas - acadêmicas ou administrativas.

Em um segundo momento, acontece o evento: diretores e delegados, juntos, simulam os comitês da ONU previamente preparados. Os primeiros moderam e aplicam as regras procedimentais ao debate dos segundos, que devem defender a política externa do país designado.

O modelo das Nações Unidas combina instrução e investigação baseada em casos com aspectos da aprendizagem baseada em problemas (MCINTOSH, 2001). No evento,

os participantes – delegados – recebem papéis específicos como representantes dos Estados membros ou órgãos observadores das Nações Unidas. Após um período de preparação que envolve pesquisas sobre os países alocados e as políticas designadas, os delegados participam de uma simulação estrategicamente condensada do trabalho dos órgãos existentes das Nações Unidas (OBENDORF e RANDERSON, 2012), como ocorreu esse ano no Pelotas MUN, o Conselho de Direitos Humanos e o Conselho de Segurança.

3. RESULTADOS

Percebe-se que o projeto consegue alcançar a promoção dos valores da Organização das Nações Unidas, bem como propagar o conhecimento do seu funcionamento no meio acadêmico universitário, em especial, no âmbito das relações internacionais.

Ademais, desenvolve a prática oratória, retórica, negociação, trabalho em grupo, diplomacia e escrita em idioma estrangeiro - inglês, o que prepara os alunos para a carreira internacional. Isso resta demonstrado ao longo dos quatro dias de evento, momentos em que os delegados exercem debates qualificados.

Na quinta edição, foram simulados por universitários os Conselhos de Direitos Humanos e de Segurança. No primeiro, foram discutidos dois tópicos, a violência de gênero e racismo e xenofobia no contexto da crise migratória. No segundo, a situação na Venezuela, a situação no Sudão do Sul e as ameaças à paz e segurança no Oriente Médio causadas por grupos terroristas.

Restou evidenciado, através dos discursos e dos documentos escritos, o estudo e o conhecimento sobre a instituição por parte dos estudantes participantes - ora delegados, suas formalidades e especificidades.

4. AVALIAÇÃO

O projeto exerce um papel muito importante na comunidade estudantil. Não apenas para aqueles que visam seguir a carreira diplomática, mas a todos. O conhecimento da ONU e do seu funcionamento faz-se extremamente importante, tendo em vista os desafios enfrentados por ela diariamente, bem como a consequência direta das suas decisões na política interna e externa do país, afetando a qualidade de vida da população.



Outrossim, de acordo com MCINTOSH (2001), o Modelo das Nações Unidas proporciona a oportunidade de integrar vários elementos do currículo da graduação de Relações Internacionais. Defende o autor, ainda, que se trata de um suplemento valioso para métodos de ensino mais convencionais. Por fim, o autor defende que a emoção gerada pelo Modelo das Nações Unidas pode ser um meio de abrir o mundo para estudantes.

Em uma altura em que os alunos relatam que se sentem cada vez mais desligados dos acontecimentos globais, a simulação incentiva o estudo e a aprendizagem através da experiência - aprendizagem experiencial “learning-by-doing” (HAZLETON, MAHURIN, 1986).

5. REFERÊNCIAS

AMUN. **About us.** America Model United Nations, Brasília. Acessado em 16 out. 2017. Online. Disponível em: <http://amun.org.br/2016/>

HAZLETON, W; MAHURIN, R.P. **External Simulations as Teaching Devices: The Model United Nations.** Miami University, Ohio: 1986.

HMUN. **What is HMUN?** Harvard Model United Nations. Acessado em 12 out. 2017. Online. Disponível em: http://www.harvardmun.org/about_what.php

HNMUN. **About the Conference.** History. Harvard National Model United Nations. Acessado em 15 out. 2017. Online. Disponível em: <http://www.hnmun.org/about-the-conference/>

PelotasMUN. **About the project.** Pelotas Model United Nations. UFPel. Acessado em 10 out. 2017. Online. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/pelotasmun/about-us/>

MCINTOSH, D. **The Uses and Limits of the Model United Nations in an International Relations Classroom.** *International Studies Perspectives*, Volume 2, Issue 3. Slippery Rock University of Pennsylvania: 2001.



A REDE NACIONAL DE EMAUS: JOÃOBEM E O XXI SEMINÁRIO NACIONAL DE ESCRITÓRIOS MODELOS DE ARQUITETURA E URBANISMO

FLÁVIA PAGNONCELLI GALBIATTI¹; NADIANE FONTES CASTRO²;
RODOLFO BARBOSA RIBEIRO³; SILVANA NATÁLIA IRIGARAY NUNES⁴;
VINICIUS DIAS⁵; ANDRÉ DE OLIVEIRA TORRES CARRASCO⁶

¹Universidade Federal de Pelotas – flaviagalbiatti@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – castronadiane@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – rodolfobribeiro@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – silvana.ifsul@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – viniciussdias-rs@hotmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas – andre.o.t.carrasco@gmail.com

1. APRESENTAÇÃO

Os Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAUs), são projetos de Extensão Universitária pautados pela ideia de autonomia estudantil, que surgem a partir da Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo nos anos oitenta, tendo como ponto de partida a discussão a respeito da vivência e das práticas dos estudantes durante a graduação, buscando não somente complementar a educação universitária, mas também afirmar um compromisso com a realidade social das comunidades onde as universidades estão inseridas.

Na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), o João de Barro Escritório Modelo (JoãoBEM), configura-se como um núcleo de extensão dentro da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb). Atuando em uma lógica de extensão universitária como comunicação, no sentido de troca mútua e constante de saberes entre a comunidade e a universidade.

Neste ano, o JoãoBEM foi contemplado pelo edital PRAE - Auxílio Eventos Nº 01/2017, na categoria participação coletiva em eventos, garantindo o deslocamento de um ônibus de Pelotas-RS à Anápolis-GO, para a participação no XXI Seminário Nacional de Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (SeNEMAU).

O SeNEMAU é o momento no qual membros dos EMAUs de todo o país se encontram, discutem, trocam experiências e aprimoram o modelo de ensino e extensão universitária nos quais a produção é voltada prioritariamente para os assuntos que envolvem a democratização da Arquitetura. Desde 1997, este espaço tem contribuído para



a formação e articulação das práticas do EMAUs e para a criação de uma rede nacional de militância estudantil.

O XXI Seminário Nacional de Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo foi realizado em Anápolis-GO entre os dias 24 e 30 de julho de 2017, organizado pelo PRISMA - Projetos de interesse social e meio ambiente, EMAU da UEG (Universidade Estadual de Goiás) - sob a temática “Entremeios: Entre a cidade que é, e a que parece ser” e inseriu o debate sobre cidades médias e como acontecem as organizações sociais, culturais e populares nessas cidades.

Uma prática dos SeNEMAUs é propor espaços de trocas entre estudantes e alguma comunidade organizada da cidade. Tem-se como público alvo, para além dos estudantes de todo o país, a comunidade da cidade anfitriã, neste caso, Anápolis e mais especificamente a comunidade da Associação Cultural e Artística de Anápolis (ACAA).

A Associação desenvolve projetos culturais como Fios da Memória (relacionado às tradicionais fiandeiras e tecelãs da região), Capoeira de Angola, Dança de Coco, entre outros. Além disso, atua também como centro comunitário, provocando a inserção de criança e adolescentes em atividades artísticas e culturais, promovendo a troca de saberes por meio de oficinas com pessoas tradicionais da comunidade.

Dessa forma, o Seminário, para além dos debates em torno da manutenção e ampliação do alcance das práticas dos EMAUs, buscou a troca de saberes entre a Academia, em âmbito nacional, e a comunidade local, propondo discussões sobre o desenvolvimento das cidades médias e também debates e oficinas a partir dos temas pautados pela Associação Cultural e Artística de Anápolis. Também teve como objetivo a intervenção e qualificação do espaço do antigo Centro de Tecelagem de Anápolis, onde hoje é a ACAA. E ainda, buscou potencializar e divulgar a atuação de destaque cultural que esse projeto social oferece a cidade de Anápolis.

2. DESENVOLVIMENTO

O Escritório Modelo da FAUrb é formado por uma equipe horizontalizada, com engajamento de estudantes da FAUrb, alunos de outras unidades acadêmicas, estudantes de pós-graduação e professores, numa proposta voltada à interdisciplinaridade.

A participação do JoãoBEM no XXI SeNEMAU viabilizou-se a partir do edital de Auxílio Eventos da PRAE, subsidiando o deslocamento dos estudantes de Pelotas à Anápolis, e com isso, incentivando o engajamentos destes nos projetos do EMAU. Cabe



destacar a participação no evento sem o acompanhamento de um Servidor da UFPel, de maneira a ressaltar a autonomia do estudante, conquista que amplia a disputa por essa demanda importante do movimento estudantil.

O XXI Seminário Nacional de Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo foi organizado pelo PRISMA - Projetos de interesse social e meio ambiente, EMAU da UEG - que além de pensar a infraestrutura do encontro, organizou também as atividades vinculadas às discussões propostas. A programação dos seminários foi composta por atividades que promoveram uma experiência coletiva de troca e aprendizagem, tais como apresentação dos trabalhos dos escritórios modelos, oficinas práticas, palestras, mesas redondas, vivência e intervenção em espaços da cidade.

O PRISMA EMAU se responsabilizou também pela aproximação a uma comunidade organizada, a ACAA. A partir do envolvimento e entendimento das demandas apresentadas pela mesma pensou-se como poderiam ser realizadas as atividades de qualificação e resignificação do espaços por eles ocupados. Assim, durante o evento, acontecem mutirões de projeto e execução das melhorias propostas, a partir de metodologias de projetos participativos e trocas de saberes.

3. RESULTADOS

Os espaços de troca de experiências entre os EMAUs durante o evento fomentaram a necessidade de sintetizar as discussões a partir da produção de três textos: uma carta aberta, um guia para novos EMAUs e um manifesto. A carta tem como objetivo o registro das problemáticas do EMAUs; o guia, foi pensado como uma assessoria aos Escritórios Modelos que estão surgindo; e o manifesto: “Extensão às lutas e universalização dos direitos”, como forma de tornar público os debates que surgiram independentemente da temática e refletem o cenário político atual.

A discussão sobre a temática: “Entremeios: Entre a cidade que é, e a que parece ser”, trouxe a reflexão junto a comunidade do ACCA sobre a formação da cidade de Anápolis, as origens da tecelagem e essa prática como forma de reportar as histórias da cultura de resistência. Provocou também a discussão sobre formas de organização das comunidades nas cidades médias e as potencialidades dos debates acerca do envolvimento dos EMAUs com os movimentos sociais e culturais de base.

Além disso, a realização do mutirão de reforma da ACAA resultou na qualificação do espaço e resignificação de lugares subutilizados. A intervenção aconteceu em três



frentes: a fachada, o mobiliário e o paisagismo. O grupo da fachada se responsabilizou pela pintura, criação de murais, e da execução de uma rampa de acesso universal ao edifício. A equipe do mobiliário construiu estantes de organização do material utilizado pela Associação e repensou a distribuição dos mobiliários existentes pelos lugares do prédio. E os responsáveis pelo paisagismo pensaram a área do pátio e dos jardins, propondo realocação das plantas existentes, a plantação de hortas e a criação de espaços de permanência nas áreas abertas. A atividade contou com a participação da comunidade da ACAA e resultou num melhor aproveitamento do espaço, contribuindo para o desenvolvimento das atividades da Associação. Entende-se que essas melhorias vão fortalecer a atuação da Associação e a incentivar a participação da comunidade nas atividades propostas.

4. AVALIAÇÃO

Percebeu-se, a partir da experiência do João BEM no XXI SeNEMAU, a importância do Auxílio Eventos para a participação dos estudantes em seminários que proporcionem a troca de experiências e fomentem a aproximação às práticas extensionistas do Escritório Modelo. Destacando a participação no evento sem o acompanhamento de um servidor da UFPel, explicitando a capacidade de organização autônoma dos estudantes e a responsabilidade para fazer a disputa desse e de outros espaços acadêmicos.

Pode-se ressaltar ainda que a participação dos estudantes no Seminário, incentivou o engajamento dos mesmos nos Escritórios Modelos de suas Universidades. No caso do João de Barro Escritório Modelo – FAUrb, UFPel – a viagem contribuiu para o envolvimento de novos estudantes, estimulando o grupo a pensar novos projetos de extensão e possibilidades de atuação.

Nota-se que projetos de extensão, que dialogam com a comunidade e constroem possibilidades de transformação dos seus contextos, fortalecem e incentivam a organização de base, sujeito coletivo fundamental para tal transformação. E mais do que isso, entende-se, a partir da atuação do SeNEMAU na ACAA, a contribuição do Seminário, dos Escritórios Modelo e das atividades realizadas, para a ampliação do diálogo entre a associação e o poder público, divulgando suas atividades e dando mais visibilidade aos trabalhos de tamanha importância cultural sediados nesse espaço de resistência.



A prática dos EMAUs demonstra coerência em relação aos princípios defendidos. Os grupos acreditam que os territórios brasileiros reproduzem a desigualdade social presente em nosso país. Em contraponto a isso, o Movimento EMAU busca uma alternativa de superação do modelo hegemônico de produção das cidades através de processos coletivos e participativos. O movimento reafirma o seu compromisso com a transformação da sociedade e coloca a necessidade da ampliação de diálogo com as lutas sociais. (Movimento EMAU, 2017).

5. REFERÊNCIAS

Relato da Plenária Final XXI Seminário Nacional de Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo - SENEMAU. Movimento EMAU. Anápolis, 24-30 julho, 2017. Acessado em 12 de outubro de 2017. Online. Disponível em < <https://drive.google.com/file/d/0B9OlisuU6UwbSU5sT2RMYjdFVWM/view> >

Carta Aberto dos EMAUs. Movimento EMAU. Anápolis, 24-30 julho, 2017. Acessado em 12 de outubro de 2017. Online. Disponível em < <https://drive.google.com/file/d/0B9O-lisuU6UwbVU4xdzRSbTJicEU/view> >

Extensão às lutas e universalização dos direitos. Manifesto do Movimento EMAU em defesa de uma extensão popular. Movimento EMAU. Anápolis, 30 julho, 2017. Acessado em 12 de outubro de 2017. Online. Disponível em < <https://drive.google.com/file/d/0B9OlisuU6UwbU2c5VHVNRjBieHM/view> >

Extensão às Lutas e Universalização dos Direitos. Reporter Popular, Porto Alegre, 09 ago. 2017. Acessado em 12 out. 2017. Online. Disponível em: <http://reporterpopular.com.br/extensao-as-lutas-e-universalizacao-dos-direitos/>



O ACERVO DA JUSTIÇA DO TRABALHO E O NÃO APAGAMENTO DA HISTÓRIA DOS TRABALHADORES

LUANA SCHUBERT LEDERMANN¹; LORENA ALMEIDA GILL²

¹Universidade Federal de Pelotas – lulu-ledermann@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – lorenaalmeidagill@gmail.com

1. APRESENTAÇÃO

O Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas (NDH/UFPel), foi fundado em março de 1990, como objetivo de ser um centro de documentação para preservar a história da Universidade e dos movimentos sociais que nela atuavam. Além disso, há três acervos de suma importância que estão salvaguardados no Núcleo: o da Delegacia Regional do Trabalho, da Laneira e da Justiça do Trabalho, do qual me deterei nesta comunicação. Percebe-se diante disso, que o NDH conta com um vasto acervo no que diz respeito à história social do trabalho, podendo através da documentação, entender os conflitos entre trabalhadores e patrões, além disso, de acordo com Silva (2016), “as ações trabalhistas podem indicar também um conjunto de práticas e relações sociais mais amplas, como as experiências cotidianas nos locais de trabalho, nos sindicatos, nas mobilizações coletivas, na esfera privada e nas relações de gênero, possibilitando a análise de como costumes e práticas compartilhados formaram bases sólidas para a luta por direitos”.

O Acervo da Justiça do Trabalho chegou ao NDH no ano de 2005, para ser salvaguardado nesta instituição. Conta com mais de cem mil processos trabalhistas datados de 1941 a 1995, que estão disponíveis para estudantes e a comunidade em geral realizar pesquisas e consultas. De acordo com Gill e Loner (2014, p. 117), “o fato de toda a coleção de processos trabalhistas da região estar preservada e em condições de consulta difere e amplia o valor dessa documentação, pois em outros locais, aliás, na grande maioria das comarcas, o material já foi eliminado com base na lei 7.627 de 10 de novembro de 1987, a qual dispõe sobre a eliminação dos autos findos, seja através de sua incineração ou picoteamento”.

Com o passar dos anos, percebe-se uma grande procura da comunidade externa pelos documentos, por exemplo, para fins de aposentadoria, aonde essa busca está diretamente relacionada aos processos trabalhistas, pois, muitas vezes, serve para comprovar o tempo de trabalho. Diante disso, Gill e Loner (2014) nos trazem a reflexão

da necessidade de resguardar esse tipo de acervo em todo o país, pois os maiores prejudicados são exatamente os trabalhadores mais pobres e com menores condições de guarda dos documentos. Portanto, a existência do Acervo e a extensão dele beneficiam muitos trabalhadores para a comprovação dos seus direitos.

2. DESENVOLVIMENTO

Quando os documentos chegaram ao NDH, em 2005, foram transportados para uma sala com grandes prateleiras para que pudessem comportar o volume do acervo. Junto com isso, foi disponibilizada ao Núcleo uma tabela no Excel, possibilitando uma maior organização do acervo, ordenando o conteúdo de cada processo e em qual caixa o mesmo se localizava. Apesar disso, sentiu-se a necessidade de ampliar essa pesquisa e disponibilizar o acervo ao público em geral. Diante disso, surgiu a iniciativa da construção de um banco de dados, que é uma forma de possibilitar ao público externo e interno à universidade, a busca dos processos por meio online e digital. A partir disso, pode-se ter acesso aos resumos dos processos, facilitando a busca. Cabe lembrar que no banco de dados consta o resumo do processo e alguns dados que são fundamentais manter, tais como: nome, cidade, endereço, profissão, estado civil, idade, gênero, alfabetização, nacionalidade, empregado ou empregador, demanda contra quem, data de início e fim do processo, se foi julgado procedente, improcedente, procedente em parte ou se houve acordo.

Esse resumo no banco de dados possibilita que as pessoas interessadas consigam fazer uma pesquisa rápida e visualize sobre o que trata. A partir disso, pode-se achar o documento físico com mais facilidade, pois o banco de dados também sinaliza a caixa em que está o documento. Portanto, nota-se que embora o banco de dados seja essencial para pesquisa e acesso rápido ao conteúdo, o documento físico continua tendo uma grande importância, pois guarda detalhes e riquezas que não são possíveis de passar para o computador.

3. RESULTADOS

O projeto está em pleno desenvolvimento. São mais de cem mil processos trabalhistas, da década de 1940 até o ano de 1995 e, por enquanto, foram passados para o



banco de dados apenas a primeira década, ou seja, até 1950. É um trabalho que exige disciplina e tempo, pois requer a análise documental, leitura do processo, entender os seus pontos principais e resumir para o banco de dados. Além disso, a organização dos documentos, bem como do acervo, está em constante movimento para que graduandos e interessados no tema possam fazer suas pesquisas e tomar conhecimento sobre seu conteúdo. De acordo com Barroso (2002), a função básica de um arquivo é recolher, conservar e servir, e é isso que se pretende. Que essa documentação sirva de pesquisa e análise para entendermos o mundo do trabalho, como se davam as relações de emprego, as peculiaridades, o que leva os trabalhadores ao tribunal e à exigência dos seus direitos, mas também que esses documentos não se percam, sejam úteis e acessíveis para quem precisar utilizá-los, pois contam história, principalmente à história daqueles que vivem do seu trabalho.

4. AVALIAÇÃO

Percebe-se que o Núcleo de Documentação Histórica, ao salvaguardar a documentação do Acervo da Justiça do Trabalho, bem como de outros acervos que constam no seu espaço físico, permite que avaliemos outro lado da história do trabalho. Embora muitas vezes a justiça favoreça os patrões, as fontes documentais, como os processos trabalhistas, possibilitam que entendamos o cotidiano dos trabalhadores, bem como a conjuntura da época, como a implantação da carteira de trabalho no Brasil e os seus desdobramentos através da Justiça, ou mesmo quando percebemos que as mulheres, na maioria das vezes, têm seus processos julgados improcedentes, dando a entender e afirmando a desigualdade de gênero que está presente até hoje. Diante disso, não há dúvidas da importância do acervo para entendermos como se configura a vida dos trabalhadores. Como o Acervo consta com uma vasta documentação, há muito para ser pesquisado, por vários viéses, história econômica, história do trabalho, história da cidade de Pelotas, questões como desigualdade salarial, processos envolvendo licença maternidade, insalubridade, doenças etc. Por isso é tão importante que preservemos e não apaguemos da História daqueles que foram à luta pelos seus direitos.

Além disso, muitas vezes os trabalhadores não sabem o que fazer quando precisam se aposentar e não acham a documentação necessária que comprove os seus anos de atividade, então conseguem através do Acervo, com a documentação guardada e organizada, a comprovação. Conclui-se que os documentos não servem apenas

para ficarem guardados, sem utilidade. Pelo contrário, a extensão do material e a pesquisa a partir dele, são necessárias para manter viva a História do passado.

5. REFERÊNCIAS

Acervo do NDH. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>> Acesso: 10 de agosto de 2017.

BARROSO, Vera Lucia Maciel. Arquivos e documentos textuais: antigos e novos desafios. **Ciências e Letras**, Porto Alegre, n. 31, p. 197-206, 2002.

BELLOTTO, Heloísa. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GILL, Lorena e LONER, Beatriz Ana. O Núcleo de Documentação Histórica da UFPel e seus acervos sobre questões do trabalho. **Esboços** (UFSC), v. 21, p. 109-123, 2014.

GILL, Lorena e ROSSELLI, Gabriela. Fontes para a História do Trabalho na região sul do Brasil. **Aedos:** Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online), v. 7, p. 230-245, 2015.

LONER, B.A. O acervo sobre o trabalho do NDH da UFPel. IN: SCHMIDT, B.B. (Org.). **Trabalho, justiça e direitos no Brasil:** pesquisa histórica e preservação das fontes. São Leopoldo: Oikos, 2010, p. 9-24.

SCHMIDT, Benito e SPERANZA, Clarice. **Acervos do Judiciário Trabalhista:** lutas pela preservação e possibilidades de pesquisa. Portal do NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, Brasília, 01 out. 2011.

SILVA, Fernando Teixeira da. **Trabalhadores no Tribunal:** Conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no Contexto do Golpe de 1964. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2016. v. 1. 307p.



ACESSIBILIDADE UNIVERSAL: A AUDIODESCRIÇÃO E A PERIFERIA EMERGENTES

LUÍS FELIPE FREITAS BECKER¹; MARISA HELENA DEGASPERI²

¹Universidade Federal de Pelotas – luisf.becker@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – mhdufpel2012@gmail.com

1. APRESENTAÇÃO

O Grupo Acessibilidade Universal (GRAU) era um projeto chamado de Oficina Prática de Tradução, vinculado ao NUTRA (Núcleo de tradução), em que os alunos do curso de Bacharelado em Letras Tradução Espanhol-Português traduziam livros de literatura infantil do português para o espanhol, para que a prática profissional destes alunos fosse estimulada desde a graduação, e para o início de suas atividades curriculares como tradutores. Em seguida, ainda na Oficina Prática de Tradução, a possibilidade da criação de audiolivros se tornou uma pauta a ser discutida. Esse pensamento foi o que trouxe também a ideia das audiodescrições e motivou a ampliação das perspectivas da Oficina Prática de Tradução para um projeto maior, interdisciplinar, saindo de uma abordagem mais técnica para um foco mais humanitário, voltado para a acessibilidade, principalmente – e não exclusivamente – de pessoas com deficiência visual, e para a tradução audiovisual (ou intersemiótica): a audiodescrição propriamente dita.

O GRAU, ainda vinculado ao NUTRA, é um projeto de Extensão Universitária que busca desenvolver ações afirmativas partindo do meio acadêmico para se estender à comunidade. É considerado um projeto “guarda-chuva”, ou seja, que abriga diferentes subprojetos, voltados para acessibilidade universal e inclusão de grupos que sofrem preconceito ou desvantagem social. Propõem-se no projeto ações de acessibilidade para pessoas com diferentes tipos de deficiência e inclusão de grupos que necessitam dela. O projeto tem como principal objetivo a promoção da acessibilidade através de eventos, cursos de formação e ações inclusivas acadêmicas, contemplando os três pilares: o ensino (nas traduções e audiodescrições), a extensão (com os eventos acessíveis e inclusivos, voltados para acessibilidade e inclusão) e com a pesquisa (com a realização de uma pesquisa sobre cegueira e sobre o processo cognitivo dos cegos, para aprimorar as audiodescrições). O Grupo já realizou exposições, cursos, mesas redondas, oficinas, entre outros eventos, desde 2015. Os trabalhos realizados em 2015 e 2016 foram abor-



dados na última edição do Congresso de Extensão e Cultura e, por isso, o desenvolvimento deste trabalho se dará nas ações deste último ano (2017).

2. DESENVOLVIMENTO

Em 2017, as atividades do Grupo começaram um pouco mais tarde em razão da greve de 2016. No primeiro semestre, uma reunião foi feita para que fossem definidas as atividades do ano e suas datas aproximadas, bem como os participantes de cada atividade, para que estes também pudessem contribuir com sugestões. Foi definido que uma nova edição do curso de Fundamentos de Audiodescrição – Módulo 1 seria ofertada à comunidade e, posteriormente, pela primeira vez, o módulo 2. Atividades menores como mesas redondas e oficinas ficaram pendentes para serem discutidas em reuniões posteriores.

Algum tempo depois da primeira reunião, um escritor parceiro do GRAU e da Prof^a Dr^a Marisa Helena Degasperri, Jairo Luiz de Souza, anunciou sua vinda à Pelotas. Os trabalhos de Jairo em sua maioria são livros infantis e de poesia, mas o principal fator considerado pelo Grupo foi sua experiência enquanto escritor sendo deficiente – Jairo teve uma perna amputada há alguns anos, por causa de um acidente –, sua biblioteca comunitária, situada na periferia da cidade de Canoas-RS, e o quanto sua experiência nos traria aprendizado. Uma “conversa com o autor”, no salão nobre da Biblioteca Pública de Pelotas foi organizada para que o escritor pudesse dividir um pouco de sua história, suas dificuldades e conquistas, além de discussões sobre a escrita da literatura infantil, a superação de barreiras físicas e atitudinais de uma sociedade exclusiva, o alcance da literatura nas periferias, entre outros tópicos que surgiram no próprio evento. O evento foi amplamente divulgado nas redes sociais e contou com a presença de um acadêmico da Museologia, que é cego, acadêmicas da Pedagogia, das Letras, entre outros.

O curso de Fundamentos de Audiodescrição – Módulo I aconteceu entre os dias 26 de julho e 16 de agosto, em quatro quartas-feiras, totalizando 20 horas, no campus Salis Goulart. O curso foi amplamente divulgado nas redes sociais, pela Câmara de Extensão e no site da UFPEL. Contou com a presença da Prof^a Dr^a Marisa Helena Degasperri como ministrante, Leandro Pereira – acadêmico da Museologia com deficiência visual, como convidado e dois audiodescritores profissionais de Pernambuco Bruna Cortez e Francisco Leonard de Souza Delfino, parceiros do GRAU, através de vídeos gravados previamente.



Vinte e sete pessoas se inscreveram no curso através do e-mail do Grupo e dezoito concluíram com 75% da frequência ou mais. No decorrer do curso foram apresentados diferentes formatos de audiodescrição, teorias, explicações sobre sua obrigatoriedade, foram apresentados também vários problemas recorrentes na prática, entre outros temas. Também foi feita uma atividade de interação entre os cursistas, em que os cursistas que não possuíam nenhuma deficiência visual foram vendados e orientados por colegas na direção de um objeto que mudava de lugar, na sala onde o curso foi ministrado. O intuito da atividade foi provocar um estranhamento nos cursistas que não tinham/tiveram contato com a audiodescrição, para que a partir daí, percebessem as dificuldades de descrever algo que para videntes é claro. Após a atividade houve uma discussão entre todos acerca da atividade e impressões foram compartilhadas.

Outro evento foi organizado em parceria com o escritor Jairo e a Biblioteca Comunitária Simões Lopes Neto, considerando a importante troca de experiências e aprendizado adquiridos na mesa redonda previamente. O escritor havia organizado um sarau de libras e convidou o Grupo para participar com uma atividade de interesse. A atividade escolhida foi a exposição tátil já realizada pelo grupo anteriormente, só que desta vez com novas obras: Os Orixás, de Jonas Fernando Martins Santos, e Peixinhos, de Monika Papescu.

A professora Marisa Degasperi e Sanmi Guimarães também elaboraram o roteiro do citytour para pessoas com deficiência, oferecido no dia 30-09 pela Secretaria de Desenvolvimento e Turismo da Prefeitura Municipal de Pelotas, que descreveu pontos turísticos de Pelotas, o Museu da Baronesa, alguns dos seus objetos e a Praia do Laranjal.

3. RESULTADOS

As atividades realizadas pelo Programa GRAU, como ações afirmativas tiveram receptividade pela comunidade e puderam integrar as atividades de Ensino, através da prática de tradução, para os alunos dos Cursos de Bacharelado em Letras Tradução, as ações de extensão, que promovem a inserção de outros alunos na produção de acessibilidade através das audiodescrições e a interação dos alunos com pessoas com deficiência, o que facilita suas atividades de pesquisa vigente sobre o tema deficiência visual e audiodescrição.

No curso Fundamentos de audiodescrição, o elemento mais importante a se observar é a possibilidade de experienciar a aquisição de informações sob a perspectiva de



uma pessoa com deficiência visual, que é algo imprescindível para um grupo que pretende atender e dar apoio a essas pessoas. A participação de estudantes da UFPel de diferentes cursos de graduação e membros da comunidade – profissionais que trabalham com deficiência visual, pessoas com baixa visão, professores e parentes de pessoas com deficiência visual – propiciaram uma importante interação durante o curso. Os depoimentos de profissionais da audiodescrição e consultores cegos enriqueceram essa interação.

O evento em Canoas proporcionou um importante momento de envolvimento com a audiodescrição e as Libras para os participantes pelo contato interativo com os artistas, escritores e profissionais de Libras, entre outras coisas.

A produção de acessibilidade com a produção do roteiro audiodescritivo feito pelas integrantes do GRAU trouxe, também, visibilidade para o Grupo e para a UFPel.

Através de suas ações afirmativas, o Programa GRAU tem cumprido os objetivos propostos, através das ações afirmativas das atividades extensionistas e traz à luz maiores perspectivas de interação com a comunidade carente de acessibilidade e inclusão cultural. O GRAU traz também a integração dos estudantes com a comunidade, através das práticas profissionais, com características humanitárias, nos trabalhos voluntários e a consciência de que sempre é possível produzir acessibilidade universal.

O Programa Grau está sempre aberto a novos integrantes e a novas maneiras de produzir acessibilidade e inclusão cultural universal.

4. AVALIAÇÃO

O Grupo continua caminhando na busca da acessibilidade e inclusão, e continua organizando cursos de audiodescrição à comunidade e, inclusive, para pessoas cegas ou com baixa visão, com o intuito de levar a formação em audiodescrição às pessoas interessadas, e torná-la algo comum, como tecnologia assistiva em eventos culturais. Com as ações do grupo sendo realizadas de forma progressiva, abrangendo cada vez mais pessoas que precisam da inclusão, poderemos conscientizar um maior número de pessoas, emergindo a pauta acessibilidade, que é premente e, muitas vezes, esquecida pelas pessoas, ou considerada difícil praticar.

Os integrantes do Programa GRAU acreditam na força da união no rompimento de barreiras atitudinais e na participação ativa da comunidade acadêmica na acessibilidade universal e na inclusão, em favor da igualdade de oportunidades de protagonismo para todos, em todos os lugares.



5. REFERÊNCIAS

Papescu, M. **Peixinhos**. São Paulo: Formato Editorial, 2008.

DEGASPERI, M. H. Projeto do Programa GRAU. Pró-reitoria de Extensão e Cultura da UFPel, Pelotas: 2017.



PROJETO DE URBANIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO URUGUAI: ARTICULAÇÃO ENTRE O DIREITO À CIDADE E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM ARQUITETURA E URBANISMO

RODOLFO BARBOSA RIBEIRO¹; ANDRÉIA TEIXEIRA CAMISA²;
ALINE DE MOURA RIBEIRO XAVIER³; FLÁVIA PAGNONCELLI GALBIATTI⁴;
LEANDRO FERREIRA FONSECA⁵; ANDRÉ DE OLIVEIRA TORRES CARRASCO⁶

¹Universidade Federal de Pelotas – rodolfobribeiro@live.com

²Universidade Federal de Pelotas – andreiat.camisa@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – alinemourarx@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – flaviagalbiatti@hotmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – lferreirafonseca@gmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas – andre.o.t.carrasco@gmail.com

1. APRESENTAÇÃO

Este projeto de extensão parte do princípio de que as demandas sociais por maior acesso à infraestrutura urbana, pelo direito à moradia e condições adequadas de habitat devem ser pautas prioritárias nas ações e reflexões do arquiteto e urbanista e, desse modo, devem transformar-se em referências para seu processo de formação.

Diante disto, as atividades de extensão de uma faculdade de arquitetura e urbanismo devem necessariamente incorporar tal abordagem, contribuindo tanto na fundamentação social destas reivindicações quanto para a construção de alternativas superadoras.

Nesse contexto o João de Barro Escritório Modelo (JoãoBEM) se apropria do termo “modelo” de uma forma crítica, de modo a enfrentar estas questões no desenvolvimento de uma alternativa à disciplina de arquitetura e urbanismo que tenha em seu horizonte o comprometimento com a maioria da população. Dessa forma, o Escritório Modelo se configura como um núcleo de ensino, pesquisa e, principalmente, extensão, vinculado a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb) da Universidade Federal de Pelotas (UFPeI).

O Projeto de Urbanização da Ocupação Uruguai tem como principal objetivo desenvolver possibilidades superadoras a partir de um projeto de processo participativo, constituindo uma instância de democratização da assistência técnica em arquitetura e urbanismo na difusão de uma cultura de projeto socialmente responsável.

Segundo dados oficiais no ano de 2013 aproximadamente 91 mil pelotenses viviam em 156 áreas de urbanização precária sem titulação de posse ou propriedade. O fato de



que cerca de 27% da população da cidade tenha sua moradia afetada por este tipo de irregularidade demonstra a escala do problema.

No mesmo período, a cidade de Pelotas foi contemplada com recursos do Ministério da Cidade, através do programa Papel Passado, que possibilitariam a regularização de 2500 lotes. Uma das áreas contempladas pelo Programa Papel Passado em Pelotas foi a Ocupação Uruguai, localizada entre as ruas Marechal Deodoro, Benjamin Constant, Barão de Santa Tecla e Uruguai.

A convergência entre as atividades do JoãoBEM e as demandas da comunidade da Ocupação Uruguai foi construída a partir das principais características deste contexto urbano e social: existência de uma demanda coletiva; estar em processo de organização por demandas sociais; propiciar espaço de troca de conhecimentos; relacionar diferentes campos do conhecimento, buscando a multidisciplinaridade e complementaridade na extensão; relacionar o tempo de elaboração com o tempo acadêmico; gerar benefícios coletivos e permitir ajustes da demanda; estar vinculado a questões ambientais.

2. DESENVOLVIMENTO

A metodologia aplicada é típica de ações para o projetos de desenho urbano que pretendem a autonomia das comunidades participantes, com os envolvidos operando como interlocutores de um processo que envolve ensino e aprendizagem dentro de um projeto de extensão.

O Projeto de urbanização se caracteriza pela intervenção urbana, onde se busca a melhoria das condições do habitat, compreendendo, para além da moradia, a infraestrutura urbana, a construção de equipamentos sociais e de lazer, a mobilização e organização comunitária, a geração de trabalho e renda, a educação sanitária e ambiental e a regularização fundiária.

Dessa forma, o modo de organização e articulação das atividades do projeto de urbanização na Ocupação Uruguai se configura através de processos participativos, constituindo uma instância de democratização da assistência técnica em arquitetura e urbanismo, tendo o projeto como: Instrumento para as lutas pelo direito à cidade; Campo de convergência de metodologias de discussão das demandas populares e do contexto inserido; Exercício de prefiguração do futuro e transformação deste contexto; Instância do encontro de saberes entre comunidade externa e acadêmica enquanto



sujeitos desta transformação; Crítica aos limites de atuação da disciplina de arquitetura e urbanismo e da Universidade Pública.

O desenvolvimento do projeto acontece a partir de encontros de discussão e trabalho que se sobrepõem no tempo e são marcados pelas idas e vindas na comunidade, configurando um processo dialógico, dos quais podemos destacar: reuniões e assembleias entre a comunidade e o JoãoBEM; grupos de estudos e reflexão internos; reuniões organizativas; e oficinas de projeto abertas a toda comunidade acadêmica.

3. RESULTADOS

O projeto junto a comunidade da Ocupação Uruguai vem se desenvolvendo desde o final de 2013, inicialmente em uma etapa de levantamento espacial, a fim de contribuir ao programa de regularização fundiária - atividade realizada em conjunto a Prefeitura Municipal de Pelotas, através da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária. O processo subsidiou a aproximação do grupo de extensão à comunidade e possibilitou a criação de espaços de diálogo, no sentido de ampliar o debate sobre a regularização para o contexto da comunidade na cidade, as demandas sociais e os direitos dos moradores.

Atualmente o processo de titulação dos imóveis avança internamente na Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, tendo como base o material produzido pelo Escritório Modelo e pela comunidade. No entanto, considerando a legitimação institucional do direito de posse como ponto de partida para a qualificação urbana plena, somada às demandas levantadas junto a comunidade, vê-se na construção participativa de um projeto de urbanização um instrumento para a superação desse contexto.

Sendo assim, os encontros com a comunidade, são pautados por questões levantadas pelos moradores e informações relativas ao processo de regularização fundiária, seja pela Secretaria, pelos representantes dos moradores no processo de regularização como, também, pelo grupo de extensão. As decisões são discutidas em assembleias gerais, no encontro entre a comunidade e o Escritório Modelo.

Destacam-se duas formas complementares de enfrentar as demandas apresentadas, uma ligada a mobilização social, na qual torna-se fundamental o debate sobre as contribuições e limites da disciplina de arquitetura e urbanismo - espaço marcado pela participação de outras áreas do conhecimento e movimentos sociais - e outra de cunho projetual, a qual será retratada aqui.



O Projeto de urbanização, materializa-se como instrumento de articulação das demandas da comunidade, organizando-as em etapas e vinculando a possibilidades concretas de intervenção.

A sistematização das demandas resulta em uma divisão de quatro etapas de projeto, que se complementam, mas permitem o enfrentamento parcial: Passeios e Ruas - propostas de solução às demandas por infraestrutura básica e consolidação do caráter de área livre; Lote para Serviços Públicos - adequação de um lote para o atendimento de serviços públicos e usos propostos pelos moradores; Ginásio - ocupação e qualificação de uma pré existência lindeira a comunidade; Terreno da UFPel - compartilhamento de equipamentos públicos do projeto de Moradia Estudantil da UFPel.

Até o momento, as etapas de projetos realizadas foram as de Passeios e Ruas e o Lote para Serviços Públicos, construídas paralelamente.

A etapa de Passeios e Ruas relaciona-se às questões de infraestrutura básica demandadas pela comunidade - saneamento, pavimentação e drenagem - destacando-se o espaço da rua como área livre em uma região densificada como a Ocupação Uruguai. A etapa está dividida em quatro pontos: Rua Mista: consolidando o compartilhamento existente das vias, utilizando-se de recursos de nivelamento das ruas e calçadas, drenagem central, paginação do piso, garantindo uma faixa livre para passagem de veículos de emergência; Iluminação: aumento da quantidade de postes altos de distribuição de rede e iluminação, alternando postes baixos auxiliares para iluminação; Arborização: Vegetação de pequeno porte na confluência dos passeios com as vias de maior gabarito. Lixeiras: redistribuição das coletoras existentes, garantindo o atendimento pleno da comunidade.

Quanto ao Lote para serviços públicos, destaca-se por ser uma proposta levantada pelos moradores, como solução para as demandas específicas da implantação de uma sede de serviços públicos na comunidade. O projeto tem base em um módulo adaptável às dimensões dos lotes da Ocupação Uruguai, propondo o edifício em uma tipologia de fita, tendo o térreo em planta livre, o pavimento tipo em dois compartimentos separados pelo átrio e a cobertura em laje impermeabilizada. Proposto para abrigar diversos usos - creche, posto de saúde, centro comunitário, etc. Quanto a materialidade, propõe-se a utilização de materiais e técnicas locais, no sentido de aproximação e troca de saberes populares e acadêmicos.



4. AVALIAÇÃO

O projeto de urbanização da Ocupação Uruguai consolida o lugar da prática extensionista da disciplina de arquitetura e urbanismo, através da importância da atuação junto às comunidades nas ocupações irregulares e de mais baixa renda. Construindo junto a essas comunidades, espaços de reflexão e ação nos contextos inseridos articulando o direito à cidade e as demandas sociais na construção de possibilidades superadoras, a partir da assistência técnica.

O projeto enquanto desenho tem importância significativa dado o processo de construção junto a comunidade, no sentido de organizar e planificar as demandas. Para além das possíveis soluções encontradas, cabe salientar a força como documento de registro e construção de um horizonte comum entre os moradores sobre o futuro da Ocupação Uruguai.

A apropriação do projeto pelos moradores, ressalta o caráter de ferramenta na luta pela ampliação do direito à cidade, elevando o nível de discussão com o Poder Público Municipal, através da ampliação do repertório técnico de possibilidades para melhorias das condições de habitat da comunidade. Projeto este, construído sobre uma base consolidada em um processo de debate interno que permeia as questões relacionadas à legislação e o contexto socioespacial da Ocupação Uruguai e sua inserção na cidade de Pelotas.

5. REFERÊNCIAS

ARANTES, O. VAINER, C. MARICATO, E. **Cidade do Pensamento Único: Desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BOULOS, G. **Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem teto**. São Paulo: Autonomia Literária, 2015.

CARRASCO, A.O.T. **Os Limites da Arquitetura, do Urbanismo e do Planejamento Urbano em um Contexto de Modernização Retardatária**. 2011. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.



FREIRE, P. **Educação como Prática de Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999

KAPP, S. BALTAZAR, A.P. Por uma arquitetura não planejada: o arquiteto como designer de interfaces e o usuário como produtor de espaços. **Impulso**, Piracicaba, v.17, n.44, p. 93 - 104, 2006.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.



AUDIODESCRIÇÃO TRADUÇÃO INTERSEMIÓTICA IMAGEM- PALAVRA COMO RECURSO DE ASSISTIVO

SANMI GUIMARÃES DE SOUZA¹; MARISA HELENA DEGASPERI²

¹Universidade Federal de Pelotas – sanmi.guimaraes@gmail.com

²Universidade Federal de Pelota – mhdufpel2012@gmail.com

1. APRESENTAÇÃO

As pessoas com deficiência visual em nossa sociedade enfrentam barreiras no dia-a-dia que dificultam e até impedem o acesso a atividades culturais. Com a audiodescrição elas têm a possibilidade de perceber e criar imagens mentais da arquitetura, objetos artísticos, filmes, etc. A audiodescrição é um recurso assistivo que consiste na tradução de imagens em palavras e funciona como mediadora na construção imagética dessas pessoas. Por isso, se considera um tipo de tradução intersemiótica e se enquadra na área de tradução audiovisual, conforme afirma Motta (2010):

A audiodescrição é um recurso de acessibilidade que amplia o entendimento das pessoas com deficiência visual em eventos culturais, gravados ou ao vivo, como: peças de teatro, programas de TV, exposições, mostras, musicais, óperas, desfiles e espetáculos de dança; eventos turísticos, esportivos, pedagógicos e científicos, tais como aulas, seminários, congressos, palestras, feiras e outros, por meio de informação sonora. É uma atividade de mediação linguística, uma modalidade de tradução intersemiótica, que transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão cultural, social e escolar. Além das pessoas com deficiência visual, a audiodescrição amplia também o entendimento de pessoas com deficiência intelectual, idosos e disléxicos. (MOTTA e RO-MEU FILHO, 2010: 7)

O Programa de Extensão GRAU (Grupo de Acessibilidade Universal) concentra parte de suas atividades em ações afirmativas com o uso desse recurso, principalmente porque ele se situa na área de origem do grupo: a tradução.



As atividades do Programa se encontram na área temática de Direitos Humanos e Justiça e também pode ter como segunda área a área da Cultura, porque desenvolve atividades culturais inclusivas e ainda uma terceira, a Educação, porque envolve a comunidade acadêmica e contribui para a formação humanística, junto à formação técnica dos estudantes.

O objetivo geral é promover ações afirmativas para a inclusão social através da valorização humana e a acessibilidade universal, a partir de trabalhos de tradução em suas diferentes modalidades (tradução direta, inversa, audiovisual, etc.). Para isso, o Programa propõe intervenção social, através de atividades culturais que promovam valorização à vida, dos indivíduos e do conhecimento transformador, integrando-se a outros projetos com ações afirmativas de mesmo teor.

Em uma das atividades executadas pelo grupo, a EXPOACTA (Exposição Acessível de Tradução Audiovisual), os integrantes atuam, primeiramente, com tradução interlinguística de livros autorizados de literatura infanto-juvenil de autores parceiros e, em seguida, a tradução intersemiótica. Na tarefa principal da tradução intersemiótica, neste caso, os integrantes ampliam algumas ilustrações dos livros e fazem sua releitura, transformando-as em imagens táteis-com uso de materiais com diferentes texturas e tintas em alto-relevo. Depois, os integrantes produzem o roteiro descritivo de cada imagem e enviam para os consultores, pessoas com deficiência visual (PDVs), que avaliam a acessibilidade do material e propõem potenciais modificações. Os roteiros servem para fazer a audiodescrição, propriamente dita, em exposições. Participam deste trabalho estudantes de tradução, em sua maioria, alunos de outros cursos e membros externos a UFPel - escritores parceiros, editores e artistas.

O GRAU também oferece cursos de formação em audiodescrição para a comunidade, como forma de disseminar esse recurso de acessibilidade e inclusão cultural.

Para a formação do estudante deve-se considerar o lado humanístico que é importante para sua formação como pessoa. Os estudantes devem interagir com a comunidade externa e sua atuação deve favorecer as pessoas com desvantagens sociais, de forma que seus trabalhos favoreçam a acessibilidade e a inclusão universais e este tem sido o mote para as ações do Programa GRAU.



2. DESENVOLVIMENTO

No ano de 2015, com a denominação de “Oficina de Prática de Tradução” alguns dos integrantes do hoje GRAU deram início às ações afirmativas com a tradução dos livros “Histórias da Tia Hermínia”, de Tatiane Braga dos Reis, e “Dulcinéia”, de Rosane Castro. Algumas das ilustrações desses livros foram selecionadas e transformadas em imagens táteis para serem expostas no Museu do Doce, com a audiodescrição elaborada pelos integrantes do grupo.

Em 2016, quando a Oficina de Prática de Tradução se transformou no Programa GRAU, o grupo foi ampliado, com a participação de novos integrantes e novos parceiros. Aperfeiçoaram-se os trabalhos com a produção de novas imagens táteis, agora com ilustrações de “Peixinhos” de Monika Papescu, “Orixás” do ilustrador Jonas Fernando Martins dos Santos, e Shakeaspeare 400, com ilustrações de obras do autor inglês, orientadas pelo Prof. José Carlos Marques Volcato. Porém, a exposição não pode acontecer devido a que o Museu do Doce estava fechado no período programado (greve da UFPEL). Essa exposição foi adiada para 2017 e aconteceu em trinta de setembro, na Biblioteca Comunitária Simões Lopes Neto, em Canoas. A exposição contou com a presença dos artistas que, juntos, integraram a exposição com um sarau com Libras.

Ministrou-se um curso “Fundamentos de audiodescrição - Módulo I” em que participaram pessoas com deficiência visual, estudantes, profissionais que trabalham com pessoas com deficiência visual e educadores. As aulas ocorreram no período de dois a vinte e três de agosto, com aulas teórico-práticas, ministradas pela Professora Marisa Helena Degasperi, especializanda em audiodescrição, e profissionais da área, convidados. Houve oferta do segundo módulo: “Oficina de Prática de Audiodescrição”, no mês de novembro de 2017, dando continuidade à formação dos cursistas.

Alguns alunos integrantes produziram a audiodescrição do roteiro do *City-Tour* acessível, promovido pela Secretaria de Desenvolvimento e Turismo da Prefeitura Municipal de Pelotas, organizado por Leandro Freitas Pereira, aluno do curso de Museologia da UFPEL. O trabalho consistia em descrever as imagens de pontos turísticos da cidade, selecionados para o passeio por um grupo do Curso de Turismo da UFPEL. O passeio ocorreu no dia 30/10/2017 e incluía uma visita ao Museu da Baronesa, com descrição das peças, objetos e o parque.



3. RESULTADOS

O resultado esperado nas ações do GRAU é a atuação dos estudantes e demais integrantes e a aquisição da percepção e da consciência da importância do uso do conhecimento formal na transformação social.

Como pudemos relatar nas atividades em que trabalhamos, os alunos se preocuparam em oferecer acessibilidade com qualidade para o público alvo, que eram, nas ações relatadas, *a priori*, as pessoas com deficiência visual. Mas, também, em apresentar as possibilidades de produção de acessibilidade, através da audiodescrição, a outras pessoas que têm prestigiado nosso trabalho e passaram a se interessar pelas ações do grupo. As reações e as avaliações do público puderam ser constatadas através de depoimentos e de preenchimento de questionários. Feito levantamento dos dados coletados pelo GRAU, os resultados foram satisfatórios e os objetivos, alcançados.

Os alunos têm aprendido a importância da acessibilidade para as pessoas com deficiência e o acesso à cultura, através das ações afirmativas do programa. Também passaram a ter o entendimento de como a prática da tradução pode promover a acessibilidade. Além disso, passaram a contemplar diferentes perspectivas profissionais usando a TAVA.

O GRAU tem se tornado um programa de referência em audiodescrição, prova disto são os diversos convites para atuação nessa área e para parcerias com outros projetos de acessibilidade e inclusão cultural.

4. AVALIAÇÃO

Os integrantes do Programa GRAU estão satisfeitos com a repercussão dos trabalhos e os resultados têm servido de estímulo para novas iniciativas de novas ações. O grupo tem gerado interesse em produzir acessibilidade em alunos de diferentes cursos da UFPel, o que resulta em interdisciplinaridade, já que cada um contribui com seus conhecimentos técnicos, aprendidos em seus cursos. Sendo assim, conclui-se que os objetivos do Programa foram alcançados e as expectativas superadas, no que corresponde a qualidade das ações desenvolvidas.

O GRAU pretende fixar-se como um programa de excelência na extensão universitária da UFPel e continuar produzindo acessibilidade e inclusão universal no ambiente acadêmico, na comunidade e em todos os lugares onde puder estar presente.



5. REFERÊNCIAS

MOTTA, L.M.V. e ROMEU FILHO, P. (orgs): **Audiodescrição: Transformando Imagens em Palavras**. Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

Documentos eletrônicos

CLC UFPel. **Programa GRAU realiza exposição tátil com audiodescrição em Canoas**. Publicado em 02-10-2017. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/clc/2017/10/02/programa-grau-realiza-exposicao-tatil-com-audiodescricao-em-canoas/> Acesso em 17-10-2017.

CCS UFPel. **Programa GRAU realiza Exposição Tátil com Audiodescrição em Canoas**. Disponível em: <https://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2017/09/28/programa-grau-realiza-exposicao-tatil-com-audiodescricao-em-canoas/>

DEGASPERI, Marisa Helena. **Programa GRAU: ponte entre formação de tradutores à acessibilidade e à inclusão cultural**. Anais do III COLÓQUIO FRANCO-LATINOAMERICANO DE PESQUISA SOBRE DEFICIÊNCIA. Igualdade de Direitos e Acesso a uma Vida Digna: Desafios e Controvérsias na Questão Social da Deficiência 09 a 11 de Março de 2017. p.69. Disponível em: http://www.faders.rs.gov.br/uploads/1499390414INTERVENCOES_12_03_17.pdf



A PERCEPÇÃO DO IDOSO EM SEU BAIRRO

TANARA GOMES DA COSTA¹; MOANA BELLOTTI²;
ANELIZE MILANO CARDOSO³; MATHEUS GOMES BARBOSA⁴;
SIRLENE DE MELLO SOPEÑA⁵; ADRIANA PORTELLA⁶

¹Universidade Federal de Pelotas – tanaracosta@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – moanabellotti@hotmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – anelize_milano@hotmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – matheusbarbosa.engenharia@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – sirmellos@hotmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas – adrianaportella@yahoo.com.br

1. APRESENTAÇÃO

Este artigo tem a intenção de apresentar o uso de um dos métodos de pesquisa aplicados em idosos na cidade de Pelotas, nos bairros Centro, Fragata e Navegantes. Trata-se de um trabalho de pesquisa e extensão intitulado Place-making with Older Adults: Towards Age – Friendly Communitities (Projetando Lugares com Idosos: Rumo as Comunidades Amigas do Envelhecimento). É um Projeto de pesquisa financiado pelo Fundo Newton e ESRC, em parceria internacional liderado pela Universidade Herriot-Watt em Edimburgo, no Reino Unido, e pela Universidade Federal de Pelotas, em Pelotas, no Brasil.

Esta pesquisa tem três objetivos gerais: (i) investigar como o sentido de lugar é vivenciado por idosos de diferentes contextos sociais que residem em diferentes bairros no Brasil e no Reino Unido; (ii) traduzir essas experiências em projetos para comunidades amigas do idoso que apoiem o sentido de lugar e (iii) articular melhor o papel dos idosos como colocadores ativos no processo de design, envolvendo a comunidade em todas as etapas do projeto (PLACE AGE, 2016).

A pesquisa também reconhece que os lugares são mais do que espaços físicos, assim devemos nos preocupar em criar ambientes inclusivos para o envelhecimento (PLACE AGE, 2016).



2. DESENVOLVIMENTO

A pesquisa está sendo desenvolvida em três anos de maio de 2016 a abril de 2019. Para o desenvolvimento da pesquisa foram realizados, considerando as atividades desenvolvidas no Brasil e no Reino Unido, 540 questionários (90 por cidade), 180 entrevistas semi-estruturadas (30 por cidade), 126 entrevistas caminhadas (21 por cidade), 72 diários de fotos (12 por cidade).

Entre as técnicas de coleta de dados foi escolhida a Entrevista Caminhada para ser mais detalhada. A Entrevista Caminhada é uma forma de entrevista qualitativa conduzida por pesquisadores que acompanham o entrevistado por uma caminhada pelo bairro, conduzida totalmente pelo entrevistado.

A captação do trajeto e fotos foi feita a partir de um aplicativo no celular, que marcava o trajeto feito, e um gravador, facilitando assim a captação dos áudios enquanto se percorre os locais de maior relevância para os idosos.

O pesquisador se encontrava com o idoso em sua residência, convidando-o a levá-lo a uma caminhada pela sua vizinhança, nos locais de uso do dia a dia.

Na chegada o idoso era orientado em como fazer a caminhada, assinava o termo de consentimento e recebia a cópia do formulário com as instruções e explicações. Assim o gravador era colocado em uma bolsinha, pendurado no pescoço do entrevistado. O celular com os aplicativos ficava com o pesquisador, para um melhor manuseio e menor constrangimento do idoso.

Foram aplicadas um total de 7 entrevistas caminhadas em cada bairro da cidade, todas seguindo sempre os mesmos padrões e orientações.

Na cidade de Pelotas o estudo está sendo conduzido nos bairros Centro, Fragata e Navegantes, como vemos mapa abaixo:



Figura 01: à esquerda: Bairro Centro Fonte: acervo Labcom. Figura 2: ao centro: Bairro Fragata. Fonte: acervo Labcom. Figura 3: a direita: Bairro Navegantes. Fonte acervo Labcom.



Mapa de um percurso de caminhada no centro



Mapa de um percurso de caminhada no Fragata



Mapa de um percurso de caminhada no Navegantes

3. RESULTADOS

A pesquisa ainda não possui resultados finalizados, uma vez que após a aplicação dos métodos foram feitas transcrições. A partir dessas transcrições estão sendo analisadas categorias para possibilitar um cruzamento de dados e assim as conclusões de como é sentido o lugar vivido pelo idoso.

As categorias que emergiram das entrevistas caminhadas foram as seguintes: Bairro e a relação entre vizinhos, Sentir-se respeitado ou importante, Participação social (grupos de idosos, trabalho voluntário, canto coral, etc.), Obtendo informações, Tecnologia, Condição de saúde, Sendo ativo, Segurança / Violência, Importância da religião, Animais de estimação como família, Contato com familiares, Condição das calçadas, Espaços agradáveis, Transporte/ Locomoção.

Após algumas caminhadas já é possível observar que os lugares mais citados, onde os pesquisadores são mais encaminhados pelos entrevistados se repetem, tanto nos pontos positivos como também nos pontos negativos. No bairro Centro a Praça Coronel Pedro Osório e o Mercado Público acabam sendo bastante citados, pois são pontos bem marcantes, de grande uso, tanto dos moradores do bairro, como das pessoas da cidade. No Fragata o Posto de Saúde e a avenida onde ele se localiza são mencionados, assim como alguns comércios locais que se repetem nas entrevistas durante as caminhadas. Já no Navegantes, os idosos levaram os pesquisadores em diversas caminhadas até o CRAS ou o Posto de Saúde, que para eles são referências no seu bairro. Para alguns como locais bons, de bom atendimento, já para outros com uma visão um pouco mais negativa.

A pesquisa pretende que os resultados comprovem se a cidade esta sendo amiga do idoso, se não estiver, como pode ser para que esta parte da população se sinta in-



cluída e satisfeita não só com o bairro e os vizinhos de onde reside, mas também com a cidade em que mora.

4. AVALIAÇÃO

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), em 1950 a distribuição populacional era de 4,6% idosos, 43,1% adultos e 52,3% jovens. Já no ano de 1980, havia uma concentração maior de crianças do que adultos e uma maior concentração de adultos do que jovens. De acordo com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2012), este cenário mudou ao longo dos anos 2000, pois houve um crescimento da população adulta, aumento da expectativa de vida e diminuição do nascimento de crianças com o controle da natalidade.

No Brasil, são mais de 700 mil novos idosos anualmente e para que possam envelhecer saudavelmente é preciso mudanças estruturais e comportamentais, visando uma boa qualidade de vida. (NO MINUTO, 2009). Estudos mostram que as cidades não estão preparadas para esta mudança populacional e com o aumento da longevidade.

Envelhecer é uma etapa natural da vida do homem com mudanças físicas, psicológicas e sociais. Nessa etapa a pessoa se dá conta de que teve algumas perdas, como na parte da saúde, mas também de que chegou a muitos objetivos (MENDES, GUSMÃO, FARO, LEITE, 2005). Envelhecer trás consigo o desgaste, enfraquecimento, mas trás também uma grande maturação. Envelhecer está entre as perdas e ganhos da vida. (FERNANDES, 2000)

Os impactos previstos são chamar atenção ao idoso, as necessidades desta faixa etária da população que vem crescendo casa ano mais e que necessita de seu espaço em seus bairros e em suas cidades.

Muitas vezes a o isolamento e a solidão resultam em problemas de saúde e até mesmo de bem estar. O envelhecimento necessita de ambientes urbanos amigos da idade, para apoiar o sentido de lugar, garantindo a contribuição do idoso, assim não sendo necessários cuidados em casas institucionais e tendo menos gastos com saúde e assitências. (PLACE AGE, 2016)



5. REFERÊNCIAS

FERNANDES, Julieta Cristina. *Urbanismo e Envelhecimento: Algumas reflexões a partir da cidade de Uberlândia*. Uberlândia, 2000

IBGE. **Tendências demográficas no período de 1950/2000**. Online Acessado em 23 set. 2017. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias_demograficas/comentarios.pdf

MENDES; Marcia, GUSMÃO; Josiane, FARO; Ana Cristina, LEITE; Rita de Cássia. **A Situação Social do Idoso no Brasil: uma breve consideração**. São Paulo, 2005.

PLACEAGE. **Projetando Lugares com Idosos: Rumo as Comunidades Amigas do Envelhecimento**, 2016. Online. Acessado em 19 abril 2017. Disponível em: <http://placeage.org/br>

NO MINUTO. Envelhecimento saudável: aumento da longevidade e mudanças sociais para os idosos. Marília Rocha. Maio 2009. Online. Acessado em 09 outubro 2017. Disponível em: <http://www.nominuto.com/noticias/cidades/envelhecimento-saudavel-aumento-da-longevidade-e-mudancas-sociais-para-os-idosos/31957/>

UNFPA. **Envelhecimento do Século XXI: Celebração e desafio**. Fundo de População das Nações Unidas, HelpAge International, 2012. Online. Acessado em 21 set. 2017. Online. Disponível em: https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/Portuguese-Exec-Summary_0.pdf



ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA: JOÃO BEM E PROCESSO COLETIVO NO ICH CAMPUS II

THIFANI GOMES ORTIZ MACHADO¹; NADIANE FONTES CASTRO²;
VINÍCIUS DIAS DE PAULA³; SILVANA NATÁLIA IRIGARAY NUNES⁴;
ADRIANA TEIXEIRA CAMISA⁵ ANDRÉ DE OLIVEIRA TORRES CARRASCO⁶

¹Universidade Federal de Pelotas – thifani.ortiz@outlook.com

²Universidade Federal de Pelotas – castronadiane@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – viniussdias-rs@hotmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – silvana.ifsul@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – adrianat.camisa@gmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas – andre.o.t.carrasco@gmail.com

1. APRESENTAÇÃO

O projeto “Espaços de Convivência” é um conjunto de atividades de extensão desenvolvido pelo João de Barro Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (João BEM). Este configura-se como um núcleo de extensão na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) que se caracteriza pela autogestão dos estudantes e propõe o desenvolvimento de projetos colaborativos, visando um processo de criação e organização dos espaços que inclua troca de saberes populares e técnicos, buscando assim, alternativas para a produção de arquitetura distinta do modelo hegemônico.

O projeto de extensão dos Espaços de Convivência teve início a partir da experimentação de processos e técnicas construtivas na construção de mobiliários e resignificação de espaços. Tem como objetivo transformar espaços não apropriados, de forma a requalificá-los dando a esses um novo uso. O João BEM se propõe a intervir nesses espaços buscando transformá-los e adaptá-los conforme a demanda e participação de seus usuários, atuando desde o levantamento das intenções e necessidades até a discussão após a implementação dos mesmos.

A construção destes espaços de convivência tem acontecido em diversas unidades da UFPel, como na FAUrb, CeArt, Capão do Leão e o Desafio Pré-vestibular Popular e agora no ICH Campus II. Na FAUrb por exemplo, parte do saguão foi transformado em espaços de integração a partir do projeto e apropriação de novos mobiliários. O processo de resignificação transformou este local em mais do que um lugar de espera entre aulas e atividades acadêmicas, produzindo um espaço para realização de reuniões,



encontros, e até como sala de aula aberta, utilizado por estudantes e professores da FAUrb e de outros campi.

A partir disso, entende-se que o objetivo principal do projeto dos Espaços de Convivência é construir novas formas de habitar áreas subutilizadas, dentro ou fora das edificações, partindo da criação, reutilização, modificação e restauração de mobiliários. Propõe-se também a prática da arquitetura através de um processo de execução realizado a partir de mutirões que incluam tanto estudantes que participem dos projetos do EMAU, quanto estudantes de diferentes cursos e futuros usuários do espaço, estudantes ou não da universidade.

O projeto em questão permite a experimentação no que diz respeito à disseminação do conceito projeto participativo, de forma que os estudantes possam atuar em espaços fora da academia, o que proporciona além dos conhecimentos técnicos, experiências com situações reais a partir das demandas da sociedade. Atenta-se que todo esse processo ocorre a partir de um projeto participativo por parte de todos os envolvidos.

Atualmente, está em desenvolvimento o projeto que tem a participação de estudantes da geografia, museologia e conservação e restauro, sendo que através deles chegou ao João BEM a demanda de pensar, junto com os usuários do espaço, formas de construir locais que propiciem a interação entre os cursos que compartilham o espaço do ICH Campus II.

2. DESENVOLVIMENTO

A partir de um processo autônomo e horizontalizado de formação e atuação, o João de Barro Escritório Modelo desenvolve seu projeto de modificação dos espaços, no qual se discute não só as questões físicas mas também sociais do contexto onde o projeto está inserido. As demandas dos espaços de convivência surgem a partir do interesse de comunidades, estudantes, professores e usuários de espaços, visando a modificação e qualificação dos mesmos. O contato ocorre na maioria das situações por já existir um conhecimento prévio dos projetos desenvolvidos pelo núcleo.

A metodologia aplicada pauta-se da ideia de qualificar o espaço físico através de processo colaborativo e interdisciplinar, integralizando, em um projeto de extensão, a arquitetura, a educação e processos de projeto, fomentando assim ambientes de convergência entre ensino e aprendizado.



Logo, formulado o contato inicial realizam-se reuniões de modo a se aproximar dos usuários e entender as demandas do local, para que assim se desenvolvam, com os participantes, estratégias para dar continuidade às atividades.

A construção das atividades desenvolvidas no processo dos Espaços de Convivência dão-se geralmente por etapas que se conectam, como: levantamentos, leitura e espacialização das vontades, discussão e viabilização das demandas levantadas, captação de recursos e materiais de trabalho, resultando todas estas etapas na construção de uma intervenção. Somado a estes pontos, também, se faz presente e necessário o registro por meio de vídeos e fotografias.

Os levantamentos acontecem através de reuniões com os usuários dos locais onde se dá a intervenção, cada reunião têm um caráter específico, por exemplo, reconhecimento do local, das potencialidades e dificuldades do mesmo, provocando o pensar do espaço de convívio. Já a leitura e espacialização das vontades tem como objetivo a verificação das demandas, que são coletadas por meio de cartazes e colagens, e demonstração das possibilidades de modificação do espaço.

A viabilização das demandas levantadas fundamentam-se na ideia de sistematização das informações recebidas pensando assim em sua resolução. A captação de recursos e instrumentos de trabalho volta-se para a obtenção de materiais e realização das atividades a serem desenvolvidas, tais elementos podem ser obtido em contato com a universidade ou outros espaços, pensando que os mesmos podem ser reutilizados ou novos. Assim é possível captar mobiliários subutilizados acessando os inservíveis da universidade e por meio de doações espontâneas. Além desse meio, também foi levantado fundos por meio da venda de alimentos e itens como bottons e sacolas ecológicas, permitindo a compra de materiais como tintas e lixas.

Atualmente está se pensando o projeto no ICH Campus II da UFPEL, demanda que surgiu a partir dos estudantes que usam o prédio. Devido a utilização do espaço por diversos cursos, em um edifício recém ocupado pela UFPEL, os alunos perceberam a carência do local por um ambiente de convívio que integrasse as variadas áreas que atuam no recinto.

Houve inicialmente a participação de representantes dos cursos de geografia, museologia e conservação e restauro e o contato com a instituição para analisar as possibilidades de uso do espaço em questão, o prédio do ICH Campus II. Para melhor articulação, tem-se buscado realizar reuniões com os envolvidos, e como proposta desses encontros pensa-se na utilização de mídias digitais, para fim de divulgação, ampliação e debate das ideias.

Apesar das tomadas de decisões, que prezam pelo processo de construção coletiva, serem sempre tomadas a partir de debates e discussões, no desenvolver dessa parceria notam-se algumas divergências, entre elas a idealização que se tem do papel do arquiteto como único agente na constituição do projeto. Esta é uma das principais dificuldades enfrentadas na busca pelo entendimento da construção coletiva, sendo uma das pautas que o João BEM tem trabalhado desconstruir, a partir da inserção de práticas colaborativas.

3. RESULTADOS

Realizou-se discussões semanais ao longo de todo o semestre 2017/1 com o grupo interessado, debatendo as transformações pretendidas no espaço e provocando o entendimento que o projeto participativo atende as demandas a partir de decisões coletivas, necessitando do comprometimento e participação de todos. Essencialmente o grupo era composto por cinco integrantes do João BEM e cinco estudantes do Campus II. Aqui é importante salientar o caráter “acolhedor” do projeto e que portanto, este número variou ao longo de seu desenvolvimento, mas sempre nessa média de dez pessoas envolvidas diretamente.

A partir da coleta de demandas, percebeu-se necessidades em diferentes escalas, desde a construção de mobiliários que possam ser utilizados em um local de estar e convívio, por exemplo, visto que a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis também está inserida no ICH Campus II e recebe a visita de dezenas de estudantes diariamente, até implantação de uma cantina no campus.

Os desejos apresentados, foram sistematizados e expostos novamente em forma de cartazes para divulgar as principais necessidades abordadas pelos estudantes. Também foi criada uma página em uma rede social, oportunizando uma maior troca de informações sobre o processo em andamento.

Atualmente o projeto se encontra na etapa de discussão e viabilização das demandas, esperando como resultado final do processo, a criação de espaços de convivência e o engajamento da comunidade envolvida para o cuidado e manutenção dos lugares ressignificados. Ou seja, por meio de rodas de conversas, está sendo trabalhado o conceito “projeto participativo”, para que este possa se concretizar efetivamente. É importante frisar que a metodologia adotada vai se moldando ao processo, isto é, conforme a demanda do grupo, adota-se novas estratégias.



Além disso, entende-se que a participação neste projeto permite aos estudantes da arquitetura o contato com as variáveis de uma atuação extensionista, podendo exercer a prática de um projeto participativo, pensando a forma de atuação do arquiteto nesse contexto de troca.

4. AVALIAÇÃO

A realização do Projeto Espaços de Convivência, por parte do EMAU prioriza não só a ressignificação de espaços, mas também a discussão com a comunidade sobre o processo de pensar o projeto e a execução, entendendo o usuário como sujeito da ação. Destaca-se que o conhecimento do processo visa a autonomia dos envolvidos, possibilitando a manutenção do espaço e construção de outros.

Entende-se ainda a importância do diálogo com a comunidade, durante e após a execução do projeto, como método avaliativo. Assim é possível que tenha uma avaliação pelos usuários sobre os usos dos espaços propostos, além de fortalecer as parcerias e possibilidades de criação de novos projetos.

A partir da integração entre os estudantes de diferentes cursos no Projeto Espaços de Convivência, pode-se perceber também a potencialidade da interdisciplinaridade, trazendo diferentes formas de abordagem e contribuições, enriquecendo o processo de trocas de aprendizados propostos pelo núcleo.

Além disso, os resultados obtidos a partir das experiências prévias que o João BEM tem com a sua atuação no Projeto Espaços de Convivência são de extrema importância para a construção de metodologias e o processo de estudo sobre a atuação do grupo.

5. REFERÊNCIAS

GALBIATTI, F. P., **ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA: PROJETANDO UM DESAFIO**. In: Congresso de Extensão e Cultura, 3., Pelotas, 2016.

KAPP, S., **Por uma Arquitetura não Planejada: o arquiteto como designer de interfaces e o usuário como produtor de espaços**. Piracicaba, 2006. Acessado em 11 out. 2017. Online. Disponível em: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/05_biblioteca/acervo/baltazar_por_uma.pdf.



ARANTES, P.F. **Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões.** São Paulo: Editora 34, 2002.